PREFEITURA DE CEZARINA
O TRABALHO CONTINUA - 2025/2028

PREGÃO ELETRÔNICO N° 010/2026 - SRP
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 4776/2026
EDITAL REGULADOR

1. PREÂMBULO

1.1 - **O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CEZARINA-GOIÁS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ: 08.678.243/0001-95, faz saber aos interessados que fará realizar, no dia **12 DE NOVEMBRO DE 2026 ÀS 08:15h**, licitação na modalidade de **PREGÃO** na forma **ELETRÔNICA**, com a finalidade de **REGISTRO DE PREÇO** para **futuras aquisições de medicamentos e insumos hospitalares da Secretaria Municipal de Saúde de Cezarina-GO / FMS**, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM**,** com modo de disputa **ABERTO E FECHADO**, através do Sistema de Registro de Preços, com execução parcelada do objeto, mediante ordens de fornecimento.

Disponibilidade do Edital: **29/10/2026 a 12/11/2026**
Horário atendimento: **07:00h às 11:00h e 13:00h às 17:00h.**
Local para consulta: **Prefeitura Municipal de Cezarina-GO, Portal Transparência e/ou Portal Bolsa Nacional de Compras - BNC www.bnc.org.br.**

1

1.2 - Esta licitação será realizada de conformidade com consoante com as condições estabelecidas neste Edital, e será regida pela:

a) Lei nº 14.133/2021, de 01 de abril de 2021 e alterações posteriores;
b) Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações;
c) Decreto Municipal nº 700/2023, de 26/12/2023;
d) Decreto Municipal nº 192/2024, de 29/01/2024.

1.3 - O Edital encontra-se à disposição dos interessados para consulta e estudo nos sites **https://cezarina.go.gov.br/**, disponível também na Comissão Permanente de Licitação, desta Prefeitura, durante o prazo de divulgação da Licitação que ocorre dos dias **29/10/2026 a 12/11/2026.**

1.4 O processamento do certame será realizado na plataforma Portal Bolsa Nacional de Compras-BNC **www.bnc.org.br.**

1.5 – As empresas interessados em participar do certame poderão informar através do e-mail: **licitacaocezarina@gmail.com**, os dados básicos de cadastramento (Razão Social, Endereço, CNPJ, Telefone Comercial, Fax Comercial, Pessoa de Contato e telefones) serão efetuados através do Portal Bolsa Nacional de Compras - BNC **www.bnc.org.br.**

2. LOCAL E DATA

ASSINADO DIGITALMENTE POR OLDECI VIEIRA FRANCO JUNIOR EM 28/10/2026 ÀS 14:57:57.

2.1 - A licitação realizar-se-á conforme as especificações abaixo descritas:

INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS	Dia 29/10/2026 15:00horas
FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS	07:30h do dia 12/11/2026
ABERTURA E ANÁLISE DAS PROPOSTAS	07:30h do dia 12/11/2026
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS	08:15h (treze horas e quinze minutos) do dia 12/11/2026
REFERÊNCIA DE TEMPO	Horário de Brasília (DF)
LOCAL	Portal Bolsa Nacional de Compras - BNC **www.bnc.org.br**

2.2 - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

1. DO OBJETO

1.1 - **REGISTRO DE PREÇO** para **futuras aquisições de medicamentos e insumos hospitalares da Secretaria Municipal de Saúde de Cezarina-GO / FMS** a ser efetuado na sede do Município, conforme especificações e quantificações contidas no objeto do Anexo I - Termo de Referência/Especificações do Objeto, parte integrante do presente Edital.

1.2 – As regras referentes ao órgão gerenciador, entidades e participantes, bem como em eventuais adesões, serão as mesmas constantes da minuta da Ata de Registro de Preços.

2. DA PARTICIPAÇÃO NO CERTAME/LICITAÇÃO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 - A participação no Pregão, na Forma Eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado, e, subsequente encaminhamento da proposta de preços e documentos de habilitação solicitada no Edital, e através do Banco Nacional de Preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observado data e horário limite estabelecido.

2.1.1. Poderão participar desta Licitação todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos.

2.2 - O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do

sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação, por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3 - É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros, tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4 - A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação, conforme Lei 14.133/21.

2.5 Poderão participar exclusivamente, para os itens cujo valor seja inferior a R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), as licitantes que estejam enquadradas como microempresas e empresas de pequeno porte nos termos do art. 48, I e III da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, desde que respeitadas às condições do artigo 49, II da mesma Lei.

2.5.1 – Para aplicação do art. 48, III da Lei Complementar nº 123/2006, mencionado no item 2.5, ficará reservada uma cota de 20% (vinte por cento) para as licitantes que estejam enquadradas como microempresas e empresas de pequeno porte, nos itens em que o valor total for superior a R$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

2.5.2 Não se aplica o disposto nos Arts. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 123/2006, quando:
2.5.2.1 Não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual e sediado local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório. Assim, poderá participar todas licitantes que comparecer e cumprir as condições estabelecidas nesse Edital.
2.5.2.2 O tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado, justificadamente;

2.6 – Será concedido o tratamento para as ME/EPP, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16, da Lei 14.133/21 e para o microempreendedor individual – MEI, nos limites previstos nos artigos 43, 44 e 45 da LC 123/06 e do Decreto nº 8.538/15.

2.7 - Não poderão disputar esta licitação:
2.7.1 - aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
2.7.2 - autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
2.7.3 - empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a

voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
2.7.4 - pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
2.7.5 - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
2.7.6 - empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
2.7.7 - pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
2.7.8 - agente público do órgão ou entidade licitante;
2.7.9 – pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
2.7.10 - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
2.7.11 - Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º, do art. 9º, da Lei nº 14.133, de 2021.

2.8 - O impedimento de que trata o item 2.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9 - A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.2 e 2.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.10 - Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.11 - O disposto nos itens 2.7.2 e 2.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.12 - Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.13 - A vedação de que trata o item 2.7.11 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.14 - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de emendas e recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município, sendo estas a seguir:

Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - FMS
Dotação orçamentaria:**06.01.10.301.0210.2.037.3.3.90.30**
Ficha: **0306**
Manutenção dos Postos de At. Saúde - PSF
Dotação orçamentaria:**06.01.10.301.0210.2.038.3.3.90.30**
Ficha: **0319**

2.15 - Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida através de uma empresa associada a BNC - Bolsa Nacional de Compras ou pelos telefones: (42) 3026-4550, ou através da Bolsa Nacional de Compras ou pelo e-mail contato@bnc.org.br.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1 - Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.2 – Os licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, sendo que o Município de Cezarina-GO, não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

3.3 – A participação na licitação implica, automaticamente, na aceitação integral dos termos deste Edital, seus Anexos e leis aplicáveis.

3.4 - No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1 - está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
3.4.2 - não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;
3.4.3 - não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV, do art. 1º e no inciso III, do art. 5º da Constituição Federal;
3.4.4 - Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5 - O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16, da Lei nº 14.133/21.

3.6 - O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3°, da Lei Complementar nº 123/06, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º, do art. 4º, da Lei n.º 14.133/21.

3.6.1 – No item exclusivo para participação de ME e EPP, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
3.6.2 – Nos itens em que a participação não for exclusiva para ME e EPP, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na LC 123/06, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.7 - A falsidade da declaração de que trata os itens 3.5 e 3.6, sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/21, e demais contidas neste Edital e leis de regência.

3.8 - Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.9 - Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.10 - Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.11 - Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.11.1 - a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
3.11.2 – os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que se trata o subitem anterior.

3.12 - O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.12.1 - Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
3.12.2 – Percentual de desconto inferior ao lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por mais desconto.

3.13 - O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.14 - Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.15 - O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

3.16 - A participação no certame de empresas em recuperação judicial, com plano de recuperação acolhido judicialmente, e empresas em recuperação extrajudicial, com plano de recuperação homologado judicialmente, fica condicionada à apresentação de certidão positiva de recuperação judicial e de certidão de aptidão econômica e financeira emitida pelo juízo em que tramita a recuperação judicial.

3.17 - A licitação será realizada por **ITEM**, conforme descrição constante no Anexo I, deste edital, Termo de Referência e demais anexos ao presente Edital.

3.18 - O critério de julgamento adotado será o de **MENOR PREÇO POR ITEM,** observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

3.19 - Havendo qualquer divergência entre as especificações constantes do Sistema **www.bnc.org.br** e os presentes neste edital, prevalecerão as especificações do edital.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1 - O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

a) Valor unitário;
b) Marca;

4.2 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta o Licitante;

4.3 - Nos valores propostos devem estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento do objeto ora licitado.

4.4 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5 - Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6 - Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7 – Na presente licitação, a ME e EPP poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

4.8 - A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
4.8.1 – O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta dias, a contar da data de sua apresentação;

4.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
4.8.3 - Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 3.9.

4.9 - O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração, por parte do contratado, pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas do Estado de Goiás e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências:

a. Assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição Federal; ou.
b. Condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.

5. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

5.1 - O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ou através de empresas associadas à BNC – Bolsa Nacional de Compras, no site **www.bnc.org.br** até no mínimo uma hora antes do horário fixado no edital para o recebimento das propostas.

5.2 - O credenciamento junto ao provedor da Bolsa Nacional de Compras implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações deste Pregão.

5.3 - Poderão participar deste Pregão (Eletrônico) as empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação que apresentarem toda a documentação a ela exigida para o respectivo cadastramento junto a Bolsa Nacional de Compras.

5.4 - É vedada a participação de empresas em forma de consórcios ou grupos de empresas.

5.5 - Não poderão participar da licitação as empresas que estiverem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução.

5.6 - O cadastramento do licitante deverá ser requerido acompanhado dos seguintes documentos:

5.6.1 Instrumento particular de mandato outorgando ao operador devidamente credenciado junto à Bolsa Nacional de Compras, com poderes específicos de sua representação no pregão, conforme modelo fornecido pela Bolsa Nacional de Compras.
5.6.2 Declaração de seu pleno conhecimento, de aceitação e de atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital, conforme modelo fornecido pela Bolsa Nacional de Compras.

5.6.3 Especificações dos itens objeto da licitação em conformidade com o edital, constando preço, marca e modelo e em caso de itens específicos mediante solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação no ícone ARQ, inserção de catálogos do fabricante.

5.7 - O custo de operacionalização e uso do sistema ficará a cargo do Licitante, que pagará a Bolsa Nacional de Compras, provedora do sistema eletrônico, o equivalente ao valor estabelecido pela mesma de acordo com os Planos de Adesão, a título de taxa pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, em conformidade com o regulamento operacional da Bolsa Nacional de Compras. Os valores abaixo poderão sofrer alterações de conformidade com a referida empresa.

PLANO DE ADESÃO A	R$ 98,10 (única participação).
PLANO DE ADESÃO B	R$ 135,00 (participação de quantos editais quiser no mês)

6. DO REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

6.1 - O certame será conduzido pelo Pregoeiro, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

6.1.1 - Acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
6.1.2 - Receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;
6.1.3 - Conduzir a sessão pública;
6.1.4 - Abrir as propostas de preços;
6.1.5 - Analisar a aceitabilidade das propostas em relação aos requisitos do edital;
6.1.6 - Desclassificar propostas indicando os motivos;
6.1.7 - Conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
6.1.8 - Verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
6.1.9 - Sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica;
6.1.10 - Receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão;
6.1.11 - Declarar o vencedor;
6.1.12 - Elaborar a ata da sessão;
6.1.13 - Adjudicar o objeto, quando não houver recurso;
6.1.14 - Encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;
6.1.15 - Abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando a aplicação de penalidades previstas na legislação.

7. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITAÇÕES DA BOLSA NACIONAL DE COMPRAS

7.1 - As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear através do instrumento de mandato, nos termos da lei, operador devidamente credenciado em qualquer empresa associada à Bolsa Nacional de Compras, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: **www.bnc.org.br**.

7.2 - A participação do licitante no pregão (eletrônico) se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BNC - Bolsa Nacional de Compras, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

7.3 - O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preços e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

7.4 - A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão (eletrônico), salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BNC - Bolsa Nacional de Compras.

7.5 - É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a BNC - Bolsa Nacional de Compras a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

7.6 - O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão (eletrônico).

8. DA PARTICIPAÇÃO DAS ME/EPP e MEI

8.1 - Por força do que dispõe o Capítulo V, artigos 42 a 45, da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, a participação das microempresas e empresas de pequeno porte, terão tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Especialmente no que se referem à preferência nas aquisições de bens e serviços pelos Poderes Públicos, observados as seguintes regras: Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Especialmente no que se referem à preferência nas aquisições de bens e serviços pelos Poderes Públicos, observados as seguintes regras:

8.1.1 - As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

8.1.2 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (dias) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

8.1.2.1 - A ausência da apresentação da documentação de regularidade fiscal acarretará em sua restrição, e tal irregularidade poderá ser verificada, pelo pregoeiro na sessão por meio de consultas a sites oficiais.

8.1.3 - A não regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º do artigo 43 da Lei Complementar nº 147/2014, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 90, da Lei nº 14.133/21. Sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

8.1.4 - O prazo para regularização de documentos de que trata o § 1º, do art. 43, da LC 123/06, não se aplica aos documentos relativos à Habilitação Jurídica.

9. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

9.1 - A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local, indicados neste Edital.

9.2 - Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

9.3 - O Pregoeiro/Agente de Contratação verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.
9.3.1 - Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
9.3.2 - A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
9.3.3 - A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

9.4 - O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

9.5 - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação e os licitantes.

9.6 - Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.7 - O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

9.8 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado acompanhamento em tempo real por todos os participantes para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9.9 - O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
9.9.1 - O intervalo mínimo de diferença de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir melhor oferta deverá ser de Oferta não inferior a **R$ 0,01 (um) centavo.**

9.10 - O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

9.11 - Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

9.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

9.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

9.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

9.11.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

9.12 - Após o término dos prazos estabelecidos nos itens e subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

9.13 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

9.14 - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

9.15 - No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

9.16 - Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

9.17 - O Critério de julgamento adotado será o de **MENOR PREÇO POR ITEM**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

9.18 - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

9.19 - Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta, ou melhor, lance será consideradas empatadas com a primeira colocada.

9.20 - A melhor proposta classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

9.21 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.22 - Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

9.23 - A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

9.24 - Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60, § 1º, da Lei 14.133/21, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

a. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

b. por empresas brasileiras;

c. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

d. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/09.

9.25 - Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

9.26 - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, pelo sistema eletrônico, enviando contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

9.27 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.28 - O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

9.29 - Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

10. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA E JULGAMENTO

10.1 - Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estimado estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no art. 14, da Lei 14.133/21, legislação correlatas e no item 2.7, deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

10.1.1 – Registro Cadastral do Município;

10.1.2 - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União;

10.1.3 – Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União;

10.1.4 – Tribunal de Contas da União – TCU;

10.1.5 – Tribunais de Contas dos Municípios do Estado de Goiás.

10.2 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992.

10.3 - Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

10.3.1 - A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
10.3.2 - O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
10.3.3 - Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

10.4 - Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens deste edital.

10.5 - Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

10.6 - Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço estimado fixado (Acórdão nº 1455/2018 - TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

10.7 - 6.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, que deverá realizar diligência para averiguar a exequibilidade da proposta.

10.8 - Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

10.9 - Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

10.10 -. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema ou via e-mail, no prazo de **02 (duas) horas,** sob pena de não aceitação da proposta.

10.11 - O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro, por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
10.11.1. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for ocaso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.
10.11.2 - Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de 03 (três) dias úteis contados da solicitação.
10.11.2.1 - Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
10.11.2.2 - Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
10.11.2.3 - Serão avaliados os aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade de conformidade com o Termo de Referência.
10.11.2.4 - No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
1011.2.5 - Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.
10.11.2.6 - Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.
10.11.2.7 - Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

10.12 - Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

10.13 - Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

10.14 - O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

10.15 - Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

10.16 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.17 - Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

11. DA HABILITAÇÃO

11.1 - Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
b. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
c. Lista de Inidôneos e Inabilitados, mantidos pelo Tribunal de Contas da União-TCU.(https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:INIDONEOS e https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:INABILITADO);
d. Cadastro de Empresas impedidas de licitar junto ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás (www.tcm.go.gov.br)

11.2 - Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “a”, “b” e “c” do subitem “11.1” acima, pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (https://certidoesapf. apps.tcu.gov.br/).

11.3 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12, da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

11.4 - Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

11.5 - A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

11.6 - O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

11.7 - Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

11.8 - No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45, da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

11.9 - **Após a verificação de conformidade da proposta classificada em primeiro lugar, o(a) Pregoeiro(a) exigirá ao(s) licitante(s) vencedor(es) que, em formato digital e no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro, envie os documentos de habilitação que não estejam contemplados nos Sistemas de Cadastro de Fornecedores, sob pena de inabilitação, nos termos do art. 63, II da Lei nº 14.133/21**.

11.10 - Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

11.11. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

11.12. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

11.13. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

11.14. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação, conforme disposto nos art. 62 a 70, da Lei Federal nº 14.133/21:

11.14.1 - Habilitação Jurídica, conforme o caso consistirá em:

11.14.1.1 - Registro Comercial, no caso de empresa individual;
11.14.1.2 - Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
11.14.1.3 - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
11.14.1.4 - Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
11.14.1.5 - Sociedades Anônimas: Ata da Assembleia Geral que aprovou o estatuto social em vigor e a ata da Assembleia Geral que elegeu seus administradores, comprovadas por meio de publicação legal;
11.14.1.6 - Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
11.14.1.7 - No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
11.14.1.8 - Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

11.14.2 - Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista, conforme o caso consistirá em:

11.14.2.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;
11.14.2.2 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
11.14.2.3 - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade ou outra equivalente, na forma da lei;
11.14.2.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio sede do licitante, relativa à atividade ou outra equivalente, na forma da lei;
11.14.2.5 - Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
11.14.2.6 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos - CNDT;

11.14.2.7 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
11.14.2.8 – Declaração de cumprimento ao disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da CF.

11.14.3 – Qualificação Técnica limitar-se-á:

12.14.3.1 - A Qualificação Técnica Operacional será comprovada mediante a apresentação de no mínimo 01 (um) atestado, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove aptidão para o cumprimento de fornecimentos similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, sendo este nas seguintes atividades:

- *Fornecimento de medicamentos;*
- *Fornecimento de insumos hospitalares;*
- *Fornecimento de correlatos;*

11.14.3.2 - Alvará de Licença Sanitária expedido pelo órgão da Vigilância Estadual ou Municipal da sede da empresa licitante;
11.14.3.3 - AF-Autorização de Funcionamento emitida pela ANVISA, devendo ser especial no caso de psicotrópicos.

12.14.3.4 Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

11.14.4- Qualificação Econômico-Financeira limitar-se-á;

11.14.5.1 - Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante emitida dentro de um prazo máximo de 60 (sessenta) dias anteriores à sessão pública de processamento do pregão. Para esta certidão só será aceita outra validade se estiver expresso no próprio documento;

11.14.5.2 - Demonstrar possuir capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a 5% (cinco por cento) do valor estimado da contratação.

11.15 - Declarações a serem apresentadas:

11.15.1 Declaração de que atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;
11.15.2. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
11.15.3 O fornecedor/prestador enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006,

estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021., quando for o caso.

11.16 - Os documentos exigidos para habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou publicação em órgãos da imprensa oficial.

11.17 - A falta de quaisquer documentos exigidos no edital implicará inabilitação do licitante, sendo vedada, sob qualquer pretexto, a concessão de prazo exceto prazo para realização de Diligência a fim de sanar dúvidas e/ou falhas existentes a época da licitação para complementação da documentação exigida para a habilitação.

11.18 - Os documentos de habilitação deverão estar em nome do licitante, com número do CNPJ e respectivo referindo-se ao local da sede da empresa licitante. Não se aceitará, portanto, que alguns documentos se refiram a matriz e outros à filial. Caso o licitante seja a Matriz e a executora a filial, os documentos referentes à habilitação deverão ser apresentados em nome de ambas, simultaneamente.

11.19 - Os documentos de habilitação deverão estar em plena vigência e, na hipótese de inexistência de prazo de validade expresso no documento, deverão ter sido emitidos a no máximo a 60 (sessenta) dias da data estabelecida para o recebimento das propostas.

11.20 - As microempresas E as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, conforme previsto no artigo 43, da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações posteriores.

11.21 - A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

11.22 - A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

11.23 - Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa, conforme previsto no parágrafo 1º, do artigo 43, da Lei Complementar 123/2006 e alterações posteriores.

11.24 - A não regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

11.25 - O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006, estará dispensado de apresentação do Balanço Patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício, quando exigido.

11.26 - Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

11.27 - Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

11.28 - Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

12. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

12.1 - A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **02 (duas) HORAS** a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

12.1.1 - Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

12.1.2 - Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

12.1.3 - A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

12.1.4 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

12.2 - Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, conforme inciso II, do art. 12, da Lei 14.133/21, ressalvadas as hipóteses do art. 52, do mesmo diploma legal.

12.3 - Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

12.4 - A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

12.5 - A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

12.6 - As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

13. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1 - Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/21.

13.2 – O prazo de convocação será conforme o §1º, do art. 90, da Lei 14.133/21, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:
a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

13.3 - A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

13.4 - Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no objeto do Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições e especificações necessárias.

13.5 – O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

13.6 – A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

13.7 – Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

14. UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

14.1 Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.

14.2 As aquisições ou as contratações adicionais a que se refere o caput deste artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

14.3 O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o caput deste artigo não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

14.4 Caberá ao fornecedor ou prestador beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento ou prestação decorrente de adesão, o que fará no compromisso de não prejudicar as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e com os órgãos participantes.

14.5 O órgão ou entidade poderá solicitar adesão aos itens de que não tenha figurado inicialmente como participante, atendidos os requisitos estabelecidos no § 2º do art. 86 da Lei Federal n. 14.133/21.

14.6 Não será concedida nova adesão ao órgão ou entidade que não tenha consumido ou contratado o quantitativo autorizado anteriormente.

14.7 A adesão à ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora da União, Estados e Distrito Federal por órgãos e entidades da Administração municipal deverá ser comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei Federal n. 14.133/21.

15. DOS RECURSOS

15.1 - A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165, da Lei nº 14.133, de 2021.
15.2 - O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

15.3 - Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

15.3.1 - a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
15.3.2 - o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 30 (trinta) minutos;
15.3.3 - o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
15.3.4 - na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º, do art. 17, da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

15.4 - Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

15.5 - O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

15.6 - Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

15.7 - O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

15.8 - O recurso E o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15.9 - O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.10 - A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

15.11 - Os autos do processo permanecerão com vistas franqueadas aos interessados, no seguinte endereço: Setor de Licitações, localizada na sede deste Município – Rua Rui Barbosa, nº 159, Centro, Cezarina-GO, site **https://cezarina.go.gov.br/**, e/ou do e-mail: **licitacaocezarina@gmail.com**.

15.12 - **A interposição de recursos suspende o prazo de validade da proposta até a decisão.**

16. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

16.1 - A sessão pública poderá ser reaberta:
16.1.1 - Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
16.1.2 - Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º, da LC nº 123/2006 e alterações posteriores. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
16.1.3 - Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
16.1.4 - A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

17. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

17.1 - O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

17.2 - Após a fase recursal, ou os licitantes participantes abrir mão do Recurso constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

18. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

18.1 - Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

19. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

19.1 - Na ocorrência de fatos imprevisíveis, ou se previsíveis, porém de consequências incalculáveis, comprometendo o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, ou ainda na hipótese de caso fortuito, de força maior, ou fato do príncipe, as partes de comum acordo, restabelecerão o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na forma do disposto na alínea "d", do Inciso II, do artigo 124, da Lei nº 14.133/21.

20. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

20.1 - O fornecimento, do objeto licitado será efetuado pelo licitante vencedor obedecendo aos procedimentos indicados no Termo de Referência.

20.2 - Não serão aceitos fornecimentos feitos em desacordo com o contido nas autorizações.

21. DO PAGAMENTO

21.1 – O pagamento deverá acontecer no prazo de até 30 (Trinta) dias após apresentação de nota fiscal devidamente atestada e liberada pelo Controle Interno, deste município. A fatura deverá conter no mínimo os seguintes dados:

a) Data de emissão
b) Estar endereçada ao:
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CEZARINA-GOIÁS DE ACORDO COM ORDEM DE FORNECIMENTO.
c) Quantidade fornecida;
d) Especificação do serviço fornecido;
Preço unitário e total da fatura;

21.2 – O gestor do contrato somente atestará o recebimento do objeto e liberará a Nota Fiscal/Fatura para pagamento quando cumprida pela Contratada, todas as condições Pactuadas.

21.3 – Cada pagamento somente será efetuado após a comprovação pelo contratado de que se encontra em dia com suas obrigações para com o sistema social, mediante apresentação das Certidões Negativa de Débitos com o INSS, com o FGTS e CNDT trabalhista.

21.4 - Ocorrendo atraso no pagamento, e desde que não tenha concorrido de alguma forma a **CONTRATADA**, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), coluna 2, publicado pela Fundação Getúlio Vargas, ocorrida entre a data final prevista para pagamento e a data de sua efetiva realização.

22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. Comete infração administrativa, nos termos do Decreto Municipal 703/2023, o licitante que, com dolo ou culpa:

I - advertência;

II - multa;

a) compensatória;

b) de mora.

III- impedimento de licitar e contratar;

IV- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

22.2 A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste decreto.

22.3 As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 22.1 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II, do item 11.1.

22.4 A sanção de advertência será aplicada como instrumento de diálogo e correção de conduta nas seguintes hipóteses, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave:

I - descumprimento de pequena relevância;

II - inexecução parcial de obrigação contratual.

22.5 - A sanção de multa compensatória será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, calculada na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:

I - de 0,5% (cinco décimos por cento) a 1% (um por cento) do valor a ser contratado, para aquele que:

a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

b) não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

II – de 5% (cinco por cento) sobre o valor contratado, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia contratual;

III – de 2% (dois por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executada, em caso de inexecução parcial do contrato;

IV – de 10% (dez por cento) sobre o valor a ser contratado no caso de recusa do adjudicatário em assinar o contrato ou Ata de Registro de Preços;

V – de 20% (vinte por cento) sobre o valor contratado, em caso de:

a) entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;

b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) dar causa à inexecução total do objeto do contrato.

VI – de 30% (trinta por cento) sobre o valor contratado, em caso de:

a) apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

b) fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato;

c) comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza;

d) prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

e) prática de ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

22.6- O processo administrativo punitivo deverá ser instaurado de acordo com o Decreto Municipal 013/2024.

23. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS

23.1 - Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

23.2 - A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, somente não admitindo se de outra forma inserida exclusivamente no meio eletrônico.

23.3 - Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do Termo de Referência e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

23.4 - Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

23.5 - Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até **03 (três) dias úteis** anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio de plataforma eletrônica.

23.6 - O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 3 (três dias úteis, contados da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Termo de Referência e dos anexos.

23.7 - As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

23.8 - A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

23.9 - As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

24. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

a) Fornecer o produto de acordo com as especificações exigidas no edital do certame e na proposta apresentada pela contratada;

b) Entregar o bem através de ordem de fornecimento ou documento equivalente nas condições estabelecidas neste termo, no prazo de até 15 (quinze) dias corridos a contar da data de recebimento da respectiva ordem que poderá ser efetuado via fax, e-mail ou qualquer outro meio de comunicação.

c) Comunicar, por escrito, eventual atraso na entrega dos produtos, apresentando razões justificadoras, que serão objeto de apreciação pelo CONTRATANTE

d) Manter, durante toda a execução do Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.

e) Substituir no prazo máximo de 07 dias o produto danificado ou se este apresentar vícios, defeitos ou incorreções;

f) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, seguros, deslocamento de pessoal, quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

25. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

a) Conferir e atestar o recebimento dos produtos contratados;
b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos produtos recebidos com as especificações constantes da proposta e do Termo de Referência, para fins de aceitação e recebimento definitivos;
c) Fiscalizar a entrega do produto, podendo a CONTRATANTE rejeitá-lo integralmente ou em parte, caso esteja em desacordo com a especificação apresentada neste Termo de Referência;
d) Proporcionar todas as facilidades necessárias à CONTRATADA, inclusive comunicando por escrito e tempestivamente, qualquer mudança de Administração e endereço, bem como, qualquer ocorrência relacionada à entrega do produto;
e) Designar gestor para acompanhamento e fiscalização do fornecimento;
f) Efetuar o pagamento no prazo previsto.

26. DO CONTRATO/ARP

26.1 - Será firmado uma ARP ou contrato com os licitantes vencedores, que terá suas cláusulas e condições reguladas pela Lei nº 14.133/21.

26.2 - Farão parte integrante do contrato todos os elementos apresentados pelos licitantes vencedores e que tenham servido de base para o julgamento da licitação, bem como as condições estabelecidas neste certame, independentemente de transcrição.

26.3 - O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

26.3.1 - Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

26.3.2 - O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

26.4 - Se os licitantes vencedores se recusarem a assinar o contrato, sem justificativa por escrita aceita pela Administração, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato, e assim sucessivamente.

26.5 - No caso do subitem anterior, sujeitam-se os licitantes vencedores, às penalidades aludidas no item 22 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS, deste Edital e na minuta contratual em anexo.

26.6 - Se o(s) licitante(s) vencedor(es) não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.

27. DA RESCISÃO

27.1 - O contrato poderá ser rescindido nos termos da Lei nº 14.133/21 e alterações e nos moldes definidos na minuta contratual em anexo.

28. DA DILIGÊNCIA

28.1 - O Pregoeiro poderá, a qualquer momento, solicitar demais esclarecimentos que julgar necessários.

28.2 - Em qualquer fase do procedimento licitatório, é facultado ao Pregoeiro ou autoridade superior promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo.

28.3 - Como resultado das diligências acima referidas, objetivando um juízo de verdade real, será permitida a inclusão de documentos ou informação necessários para apurar fatos existentes à época da licitação, concernentes à proposta de preços ou habilitação dos participantes, porém não documentados nos autos.

29. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

29.1 - Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

29.2 - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

29.3 - Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

29.4 - No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

29.5 - A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

29.6 - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

29.7 - Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

29.8 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

29.9 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

29.10 - Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

29.11 - O Edital está disponibilizado na íntegra no endereço eletrônico nos **sites:**

a. Portal da Transparência - **https://cezarina.go.gov.br/**
b. Portal BNC: **www.bnc.org.br**

29.12 - Informações complementares que se fizerem necessárias deverão ser procuradas pelo interessado no Setor de Licitações, deste Município, situado na Prefeitura Municipal localizada na Rua Rui Barbosa, nº 159, Centro, Cezarina-GO, pelo telefone (64) 93300-9285 e ainda através do e-mail: **licitacaocezarina@gmail.com.**

29.13 - As empresas e/ou representantes que tiverem interesse em participar do certame obrigam-se a acompanhar as publicações referentes ao processo nos sites: **https://cezarina.go.gov.br/** - Portal da Transparência; **www.bnc.org.br** - Portal BNC; bem como as publicações no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Goiás e/ou Diário Oficial da União, quando for o caso, com vistas a possíveis alterações e avisos.

29.14 - Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, e deverão ser inclusos no sistema os seguintes anexos os quais deverão ser anexados ao sistema:

ANEXO I - Termo de Referência;
ANEXO II - Modelo de Proposta Comercial;
ANEXO III - Minuta de ARP;
ANEXO IV – Minuta de Contrato;
ANEXO V – Declaração de Cumprimento de requisitos de habilitação;
ANEXO VI – Declaração de responsabilidade e de conhecimentos dos requisitos;
ANEXO VII – Declaração de cumprimento do art. 7º, XXXIII da CF/88;
ANEXO VIII – Declaração de cumprimento do art. 5º da CF/88;
ANEXO IX – Declaração de reserva de cargos; e
ANEXO X – Declaração de enquadramento com ME/EPP.

29.15 – Para dirimir as questões relativas ao presente Edital, elege-se como foro competente o de Varjão - Estado de Goiás, com exclusão de qualquer outro.

Cezarina-GO, 27 de outubro de 2026.

Oldeci Vieira Franco Junior
Agente de Contratação

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026

1 – OBJETO

1.1. **REGISTRO DE PREÇO** para **futuras aquisições de medicamentos e insumos hospitalares da Secretaria Municipal de Saúde de Cezarina-GO / FMS** a ser efetuado na sede do Município, do tipo MENOR PREÇO – POR ITEM, conforme descrito em anexo deste termo.

1.2. Não houve a realização de Intenção de Registro de Preços por se tratar de itens específicos para o Fundo Municipal de Saúde de Cezarina-GO elaborado pela equipe técnica do setor.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNI	VALOR TOTAL	EXCLUSIVO ME/EPP
	INSUMOS HOSPITALAR					
1	ADESIVO HIPOALERGÊNICO, PARA USO APÓS PUNÇÃO VENOSA OU INJEÇÕES.	UND	150.000	R$ 0,07	R$ 10.500,00	SIM
2	AGULHA EPIDURAL DESC.17G 3 ½ BRANCA	UND	50	R$ 3,97	R$ 198,67	SIM
3	AGULHA EPIDURAL DESC.18G 3 ½ ROSA	UND	50	R$ 3,97	R$ 198,67	SIM
4	AGULHA P/ RAQUI 23GX90MM	UND	50	R$ 3,97	R$ 198,67	SIM
5	AGULHA P/ RAQUI 25GX90MM	UND	50	R$ 3,97	R$ 198,67	SIM
6	AGULHA P/ RAQUI 27GX90MM	UND	50	R$ 3,97	R$ 198,67	SIM
7	ÁLCOOL GEL ANTISSÉPTICO 5 LT	GALÃO	120	R$ 52,97	R$ 6.356,00	SIM
8	ALGODÃO ORTOPEDICO PACOTE COM 12 UNIDADES 8CMX180M	PACOTE	144	R$ 31,97	R$ 4.603,20	SIM
9	AMBU RECÉM NASCIDO (220 ML)	UND	10	R$ 149,73	R$ 1.497,33	SIM
10	ATADURA GESSADA 10 CM X 3 MTS	UND	100	R$ 2,52	R$ 252,00	SIM
11	BULBO ASPIRADOR COM PONTA DE BORRACHA Nº 8	UND	15	R$ 18,03	R$ 270,50	SIM
12	CABO DE LARINGOSCÓPIO CONVENCIONAL	UND	10	R$ 319,27	R$ 3.192,67	SIM
13	CABO PARA BISTURI Nº3	UND	5	R$ 7,32	R$ 36,60	SIM
14	CABO PARA BISTURI Nº4	UND	5	R$ 7,32	R$ 36,60	SIM

15	CAIXA COLETORA DE MATERIAL PERFUROCORTANTE COM CAPACIDADE PARA 1,5 LITROS.	UND	60	R$ 1,21	R$ 72,40	SIM
16	CAIXA COLETORA DE MATERIAL PERFUROCORTANTE COM CAPACIDADE PARA 3 LITROS.	UND	60	R$ 2,39	R$ 143,60	SIM
17	CAIXA COLETORA DE MATERIAL PERFUROCORTANTE COM CAPACIDADE PARA 5 LITROS.	UND	60	R$ 10,30	R$ 618,00	SIM
18	CAMPO OPERATÓRIO 45 CM X 50 CM, 8G, NÃO ESTÉRIL . A COMPRESSA É CONFECCIONADA DE 100% ALGODÃO, ALTAMENTE ABSORVENTE, ISENTO DE SUBSTÂNCIAS GORDUROSAS. PACOTE C/ 50 UNIDADES - EXCLUSIVO PARA ME/EPP	PACOTE	400	R$ 57,60	R$ 23.040,00	SIM
19	CAMPO OPERATÓRIO 45 CM X 50 CM, 8G, NÃO ESTÉRIL . A COMPRESSA É CONFECCIONADA DE 100% ALGODÃO, ALTAMENTE ABSORVENTE, ISENTO DE SUBSTÂNCIAS GORDUROSAS. PACOTE C/ 50 UNIDADES	PACOTE	1.600	R$ 57,60	R$ 92.160,00	NÃO
20	CANULA DE GUEDEL 0	UND	30	R$ 3,17	R$ 95,00	SIM
21	CANULA DE GUEDEL 1	UND	30	R$ 3,17	R$ 95,00	SIM
22	CANULA DE GUEDEL 2	UND	30	R$ 3,17	R$ 95,00	SIM
23	CANULA DE GUEDEL 3	UND	30	R$ 3,28	R$ 98,30	SIM
24	CANULA DE GUEDEL 4	UND	30	R$ 3,28	R$ 98,30	SIM
25	CANULA DE GUEDEL 5	UND	30	R$ 3,28	R$ 98,30	SIM
26	CANULA ENDOTRAQUEL COM BALÃO Nº 2,0	UND	200	R$ 3,99	R$ 798,67	SIM
27	CANULA ENDOTRAQUEL COM BALÃO Nº 2,5	UND	200	R$ 4,46	R$ 892,00	SIM
28	CANULA ENDOTRAQUEL COM BALÃO Nº 3,0	UND	200	R$ 4,42	R$ 884,00	SIM
29	CANULA ENDOTRAQUEL COM BALÃO Nº 3,5	UND	200	R$ 4,38	R$ 876,00	SIM
30	CANULA ENDOTRAQUEL COM BALÃO Nº 4,0	UND	200	R$ 4,31	R$ 862,67	SIM
31	CANULA ENDOTRAQUEL COM BALÃO Nº 4,5	UND	200	R$ 4,35	R$ 869,33	SIM
32	CANULA ENDOTRAQUEL COM BALÃO Nº 5,0	UND	200	R$ 4,28	R$ 856,67	SIM
33	CANULA ENDOTRAQUEL COM BALÃO Nº 5,5	UND	200	R$ 4,36	R$ 871,33	SIM
34	CANULA ENDOTRAQUEL COM BALÃO Nº 9,0	UND	200	R$ 4,43	R$ 885,33	SIM
35	CANULA ENDOTRAQUEL COM BALÃO Nº 9,5	UND	200	R$ 4,47	R$ 893,33	SIM
36	CANULA ENDOTRAQUEL COM BALÃO Nº 10	UND	200	R$ 4,53	R$ 905,33	SIM

37	CAPOTE DESCARTAVEL ESTERIL. MANGA LONGA CONFECCIONADO EM TNT (POLIPROPILENO), ABERTO NAS COSTAS COM TIRAS PARA AMARRAR NA CINTURA E NO PESCOÇO. COR: BRANCA. MEDIDAS PADRÕES: 1,10 COMP X 1,40 LARG. (CONSIDERADO TAMANHO G), GRAMATURA 50 .	UND	4.000	R$ 2,23	R$ 8.906,67	SIM
38	CATETER INTRAVENOSO Nº 16, INDICADO NA TERAPIA INTRAVENOSA PERIFÉRICA, PARA INFUSÕES DE MÉDIA DURAÇÃO	UND	2.000	R$ 0,81	R$ 1.620,00	SIM
39	CATETER INTRAVENOSO Nº 18, INDICADO NA TERAPIA INTRAVENOSA PERIFÉRICA, PARA INFUSÕES DE MÉDIA DURAÇÃO	UND	2.000	R$ 0,81	R$ 1.620,00	SIM
40	CLAMP UMBILICAL ESTÉRIL	UND	100	R$ 0,77	R$ 77,33	SIM
41	DRENO DE KEHR. DISPOSITIVO COM FORMATO TUBULAR EM FORMA DE "T" CONSTINTUÍDO DE LÁTEX SILICONIZADO	UND	100	R$ 31,10	R$ 3.110,00	SIM
42	DRENO DE TÓRAX RADIOPACO MEDINDO 40 CM, NOS FRENCHS DE 10 A 40.	UND	50	R$ 12,26	R$ 613,00	SIM 37
43	DRENOS DE PENROSE NUMERO 01	UND	100	R$ 3,53	R$ 352,67	SIM
44	DRENOS DE PENROSE NUMERO 02	UND	100	R$ 4,07	R$ 406,67	SIM
45	DRENOS DE PENROSE NUMERO 03	UND	100	R$ 4,07	R$ 406,67	SIM
46	EQUIPO PARA NUTRICAO ENTERAL	UND	3.000	R$ 1,12	R$ 3.370,00	SIM
47	ESCALPE ESTÉRIL, TIPO BORBOLETA, PARA ACESSO VENOSO PERIFÉRICO Nº 25 CAIXA C/ 100	CAIXA	500	R$ 25,20	R$ 12.600,00	SIM
48	ESCALPE ESTÉRIL, TIPO BORBOLETA, PARA ACESSO VENOSO PERIFÉRICO Nº 27 CAIXA C/ 100	CAIXA	500	R$ 25,20	R$ 12.600,00	SIM
49	ESCOVA CERVICAL GINECOLÓGICA ESTÉRIL (PARA CITOLOGIA), EMBALAGEM EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO.PACOTE COM 100 UND	PACOTE	50	R$ 41,35	R$ 2.067,67	SIM
50	ESPATULA DE AIRES, PCT C/ 100	PACOTE	100	R$ 14,17	R$ 1.416,67	SIM
51	ESPÉCULO VAGINAL TAMANHO G, ESTÉRIL, LUBRIFICADO, EMBALAGEM INDIVIDUAL EM PGC.	UND	500	R$ 2,53	R$ 1.266,67	SIM
52	FILME RADIOLOGICO, 25x30CM (10X12”), CAIXA COM 125 FOLHAS (REVELACAO DIGITAL – PARA IMPRESSORA DRY 832, COMPATIVEL COM A KONICA MINOLTA. REG. ANVISA	CAIXA	30	R$ 1.142,67	R$ 34.280,00	SIM
53	FIO ALGODÃO PRETO 0 SEM AGULHA, C/ 24 UNIDADES	CAIXA	10	R$ 39,77	R$ 397,67	SIM
54	FIO ALGODÃO PRETO 2 SEM AGULHA, C/ 24 UNIDADES	CAIXA	10	R$ 39,77	R$ 397,67	SIM

55	FIO ALGODAO/POLIESTER 0 AZUL TORCIDO CLASSE II ESTERIL 15X45CM SEM AGULHA CX C/24	CAIXA	10	R$ 63,67	R$ 636,67	SIM
56	FIO CAT GUT SIMPLES 6-0, COM AGULHA DE 2,0CM (CAIXA C/ 24 UNIDADES)	CAIXA	50	R$ 139,47	R$ 6.973,33	SIM
57	FIO DE SUTURA NYLON Nr. 0 COM AGULHA DE 4,0CM, CIRC. 1/2 - 20MM TRG, (CAIXA C/24 UNIDADES)	CAIXA	100	R$ 37,90	R$ 3.790,00	SIM
58	FIO GUIA ADULTO SEM BOTÃO	UND	20	R$ 60,99	R$ 1.219,87	SIM
59	FIO GUIA INFANTIL SEM BOTÃO	UND	20	R$ 60,99	R$ 1.219,87	SIM
60	FITA CREPE HOSPITALAR. COR BRANCA.-ROLO DE 16MM X 05M.	UND	100	R$ 11,43	R$ 1.142,67	SIM
61	FIXADOR CITOLÓGICO 100ML (FRASCO PLÁSTICO 50ML DE SOLUÇÃO FIXADORA ACOMPANHADO DE ATOMIZADOR)	UND	50	R$ 9,57	R$ 478,33	SIM
62	FIXADOR PARA TUBO ENDOTRAQUEAL ADULTO. É COMPOSTO POR DUAS BANDAS – SUPERIOR E INFERIOR, EM TECIDO DE ALGODÃO ATÓXICO, HIPOALÉRGICO, ACOLCHOADO E ANTIESCARAS E POSSUI SISTEMA DE VELCRO PARA FECHAMENTO EM TORNO DA CABEÇA E PARA ¬FIXAÇÃO AO TUBO ENDOTRAQUEAL, O QUE DIMINUI O RISCO DE EXTUBAÇÃO ACIDENTAL.	UND	100	R$ 53,37	R$ 5.336,67	SIM
63	FORMOL A 10%, FRASCO 1000ML	FRASCO	50	R$ 24,67	R$ 1.233,33	SIM
64	FRASCO PARA ASPIRADOR CIRÚRGICO COM TAMPA 5 LITROS EM POLICARBONATO. PRODUTO DE ALTA QUALIDADE;ESTES PRODUTOS PRECISAM DE EQUIPAMENTOS GERADORES DE VÁCUO PARA SEU FUNCIONAMENTO;	FRASCO	50	R$ 890,13	R$ 44.506,67	SIM
65	FRASCO SISTEMA COLETOR DE DRENAGEM TORÁCICA 2000 ML	FRASCO	50	R$ 33,13	R$ 1.656,67	SIM
66	FRASCO PORTA 3 LÂMINAS TUBO C/ TAMPA	FRASCO	6.000	R$ 1,16	R$ 6.960,00	SIM
67	GARROTE EM TECIDO ELÁSTICO COM TRAVA ADULTO	UND	50	R$ 11,13	R$ 556,67	SIM
68	HIPOCLORITO DE SODIO 1,0 % 5000 ML	FRASCO	50	R$ 13,07	R$ 653,33	SIM
69	KIT CESAREA	KIT	20	R$ 275,33	R$ 5.506,67	SIM
70	KIT BOUGIE P/ INTUBAÇÃO C/ 6 UND	KIT	10	R$ 229,27	R$ 2.292,67	SIM
71	KIT LARINGOSCÓPIO COMPLETO	KIT	20	R$ 1.130,00	R$ 22.600,00	SIM
72	KIT PARA DRENAGEM TORÁCICA	KIT	20	R$ 71,37	R$ 1.427,33	SIM
73	KIT TESTE RÁPIDO DENGUE IGG/IGM EM SANGUE TOTAL, SORO OU PLASMA - EXCLUSIVO PARA ME/EPP	KIT	2.000	R$ 12,33	R$ 24.653,33	SIM

74	KIT TESTE RÁPIDO DENGUE IGG/IGM EM SANGUE TOTAL, SORO OU PLASMA.	KIT	8.000	R$ 12,33	R$ 98.613,33	NÃO
75	KIT TESTE RÁPIDO COVID-19 SWAB (PARA REAGENTE MUCO NARIZ) PERCENTUAL MÍNIMO DE PRECISÃO 98% E SENSIBILIDADE 95% - EXCLUSIVO PARA ME/EPP	UND	3.000	R$ 18,03	R$ 54.100,00	SIM
76	KIT TESTE RÁPIDO COVID-19 SWAB (PARA REAGENTE MUCO NARIZ) PERCENTUAL MÍNIMO DE PRECISÃO 98% E SENSIBILIDADE 95%	UND	12.000	R$ 18,03	R$ 216.400,00	NÃO
77	LÂMINA BISTURI Nº 10, ESTÉRIL, AÇO INOXIDÁVEL, EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM PAPEL LAMINADO ESPECIAL, CAIXA COM 100 UND	CAIXA	50	R$ 28,33	R$ 1.416,67	SIM
78	LÂMINA BISTURI Nº 11, ESTÉRIL, AÇO INOXIDÁVEL, EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM PAPEL LAMINADO ESPECIAL, CAIXA COM 100 UND	CAIXA	50	R$ 28,33	R$ 1.416,67	SIM
79	LÂMINA BISTURI Nº 12, ESTÉRIL, AÇO INOXIDÁVEL, EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM PAPEL LAMINADO ESPECIAL, CAIXA COM 100 UND	CAIXA	50	R$ 28,33	R$ 1.416,67	SIM
80	LÂMINA BISTURI Nº 15, ESTÉRIL, AÇO INOXIDÁVEL, EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM PAPEL LAMINADO ESPECIAL, CAIXA COM 100 UND	CAIXA	100	R$ 28,33	R$ 2.833,33	39 SIM
81	LÂMINA BISTURI Nº 21, ESTÉRIL, AÇO INOXIDÁVEL, EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM PAPEL LAMINADO ESPECIAL, CAIXA COM 100 UND	CAIXA	200	R$ 28,33	R$ 5.666,67	SIM
82	LÂMINA PARA CITOLOGIA FOSCA NÃO LAPIDADA C/ 100UNID	CAIXA	100	R$ 23,73	R$ 2.373,33	SIM
83	LENÇOL DE PAPEL DESCARTAVEL PARA MACA 70CMX50MTS	ROLO	5.000	R$ 9,35	R$ 46.733,33	SIM
84	LUVA CIRURGICA ESTERIL N 6,5 COM TALCO	UND	1.000	R$ 1,31	R$ 1.306,67	SIM
85	LUVA CIRURGICA ESTERIL N 8,5 COM TALCO	UND	1.000	R$ 1,31	R$ 1.306,67	SIM
86	LUVA DE PROCEDIMENTO TAMANHO G - CX. 100 UNIDADES, EM LÁTEX NATURAL, NÃO ESTÉRIL, UNIFORME SEM GRUMOS	CAIXA	1.000	R$ 22,57	R$ 22.566,67	SIM
87	MACACÃO IMPERMEÁVEL G	UND	50	R$ 6,41	R$ 320,33	SIM
88	MANGUEIRA PARA AR COMPRIMIDO	UND	30	R$ 71,00	R$ 2.130,00	SIM
89	MANTA TERMICA LAMINADA - CONFECCIONADA EM POLIETILENO ALUMINIZADO; NÃO DEFORMA; PROVA D'ÁGUA; - REFLETE O CALOR EXTERNO MANTENDO O CALOR INTERNO; -COMPRIMENTO: 2,10 M; - LARGURA: 1,40 M.	UND	300	R$ 6,96	R$ 2.087,00	SIM
90	MÁSCARA CIRÚRGICA COM PREGA, DESCARTÁVEL, NA COR BRANCA, COM CLIPS NASAL E COM ELÁSTICO PARA FIXAÇÃO ATRÁS	CAIXA	1.000	R$ 5,56	R$ 5.556,67	SIM

	DAS ORELHAS, CX C/ 50 UND					
91	MÁSCARA DE OXIGÊNIO ADULTO COM EXTENSÃO KIT	UND	200	R$ 25,57	R$ 5.113,33	SIM
92	MÁSCARA DE OXIGÊNIO INFANTIL COM EXTENSÃO KIT	UND	200	R$ 20,23	R$ 4.046,67	SIM
93	MASCARA LARINGEA DESCARTÁVEL Nº 5,0 (INDICADA PARA ADULTOS DE 70 A 100KG). COSNTITUIDA POR CONECTOR PROXIMAL COM DIÂMETRO EXTENO MACHO PADRÃO DE 15MM	UND	50	R$ 25,20	R$ 1.260,00	SIM
94	MASCARA P/ INALAÇÃO ADULTO COM RESERVATORIO	UND	150	R$ 25,57	R$ 3.835,00	SIM
95	MASCARA P/ OXINOTERAPIA COM RESERVATORIO ADULTO	UND	150	R$ 25,57	R$ 3.835,00	SIM
96	MASCARA P/ OXINOTERAPIA COM RESERVATORIO INFANTIL	UND	100	R$ 25,57	R$ 2.556,67	SIM
97	MASCARA P/INALAÇÃO INFANTIL COM RESERVATORIO	UND	150	R$ 22,63	R$ 3.395,00	SIM
98	MASCARA DE VENTURI ADULTO	UND	20	R$ 14,90	R$ 298,00	SIM
99	MASCARA DE VENTURI INFANTIL	UND	20	R$ 14,90	R$ 298,00	SIM
100	MONITOR DE GLICOSE PARA MEDIÇÃO DA GLICEMIA SANGUÍNEA EM CONFORMIDADE COM A NORMA ISO 15197:2013 ,RÁPIDO, CONFIÁVEL E DE FÁCIL MANUSEIO, RESULTADOS EM 5 SEGUNDOS, INTERVALO DE MEDIÇÃO ENTRE 20 E 600 MG/DL, MENOS DOR – VOLUME DE AMOSTRA SANGUÍNEA NECESSÁRIA DE APENAS 0.5 ML (MICROLITRO), MEMÓRIA PARA 300 RESULTADOS DE TESTE (DATA E HORA), CONECTIVIDADE E TRANSFERÊNCIA DE DADOS VIA USB, CODIFICADO (CHIP INCLUSO NAS EMBALAGENS DE TIRAS), CÁLCULO AUTOMÁTICO DAS MÉDIAS DE RESULTADOS (7, 14 E 30 DIAS), CONTEÚDO: MEDIDOR DE GLICEMIA, SOLUÇÃO CONTROLE, ESTOJO, MANUAL DO USUÁRIO E CARTÃO DE GARANTIA.	UND	900	R$ 50,25	R$ 45.225,00	SIM
101	ÓCULOS DE PROTEÇÃO EM MATERIAL TRANSPARENTE, COM PELÍCULA ANTI-EMBASSANTE, FECHADO LATERALMENTE USO HOSPITALAR/ODONTOLOGICO	UND	200	R$ 20,48	R$ 4.095,33	SIM
102	OXÍMETRO DE DEDO INFANTIL, TELA OLED, VISOR EM TECNOLOGIA OLED; INFORMA SATURAÇÃO (SPO2) E FREQUÊNCIA CARDÍACA;INDICADO PARA DEDOS A PARTIR DE 5MM DE LARGURA; ALTA PRECISÃO,	UND	20	R$ 112,60	R$ 2.252,00	SIM

	ALIMENTAÇÃO: PILHA AAA					
103	PAPEL KRAFT LAMINADO - bobina de 80g 60cm	ROLO	12	R$ 26,93	R$ 323,20	SIM
104	PAPEL PARA ELETROCARDIOGRAMA 110mm (RITMUS 600)	ROLO	400	R$ 23,03	R$ 9.213,33	SIM
105	PAS DESCARTAVEIS PARA CARDIOVERSAO ADULTO - EXCLUSIVO PARA ME/EPP	UND	20	R$ 966,67	R$ 19.333,33	SIM
106	PAS DESCARTAVEIS PARA CARDIOVERSAO ADULTO	UND	80	R$ 966,67	R$ 77.333,33	NÃO
107	PAS DESCARTAVEIS PARA CARDIOVERSAO INFANTIL - EXCLUSIVO PARA ME/EPP	UND	20	R$ 810,00	R$ 16.200,00	SIM
108	PAS DESCARTAVEIS PARA CARDIOVERSAO INFANTIL	UND	80	R$ 810,00	R$ 64.800,00	NÃO
109	POLIVINIL PIRROLIDONA IODO (P.V.P.I. TÓPICO), FRASCO 1000ML	FRASCO	100	R$ 70,19	R$ 7.019,33	SIM
110	POLIVINIL PIRROLIDONA IODO + LAURIL ETER SULFATO DE SÓDIO - (P.V.P.I. DEGERMANTE), FRASCO 1000ML	FRASCO	100	R$ 98,60	R$ 9.860,00	SIM
111	SAPATILHA PRO-PÉ OU SIMILAR DESCATÁVEL 20G, PACOTE C/ 100 UNDADES	PACOTE	50	R$ 14,90	R$ 745,00	SIM
112	SERINGA 10 ML DESC. SEM AGULHA CX. C/ 100 UND - EXCLUSIVO PARA ME/EPP	CAIXA	400	R$ 56,00	R$ 22.400,00	SIM
113	SERINGA 10 ML DESC. SEM AGULHA CX. C/ 100 UND	CAIXA	1.600	R$ 56,00	R$ 89.600,00	NÃO
114	SERINGA 20 ML DESC. SEM AGULHA CX. C/ 100 UND	CAIXA	1.000	R$ 65,20	R$ 65.200,00	SIM
115	SERINGA 3 ML DESC. SEM AGULHA CX. C/ 100 UND	CAIXA	2.000	R$ 25,20	R$ 50.400,00	SIM
116	SERINGA 5 ML DESC. SEM AGULHA CX. C/ 100 UND - EXCLUSIVO PARA ME/EPP	CAIXA	600	R$ 27,97	R$ 16.780,00	SIM
117	SERINGA 5 ML DESC. SEM AGULHA CX. C/ 100 UND	CAIXA	2.400	R$ 27,97	R$ 67.120,00	SIM
118	SONDA ASPIRAÇÃO Nº 20	UND	200	R$ 5,30	R$ 1.060,00	SIM
119	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nª 10 PACOTE COM 10 UNIDADES	PACOTE	100	R$ 27,97	R$ 2.796,67	SIM
120	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nª 12 PACOTE COM 10 UNIDADES	PACOTE	100	R$ 27,97	R$ 2.796,67	SIM
121	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nª 14 PACOTE COM 10 UNIDADES	PACOTE	100	R$ 27,97	R$ 2.796,67	SIM

122	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nª 16 PACOTE COM 10 UNIDADES	PACOTE	100	R$ 27,97	R$ 2.796,67	SIM
123	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nª 4 PACOTE COM 10 UNIDADES	PACOTE	100	R$ 27,97	R$ 2.796,67	SIM
124	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nª 5 PACOTE COM 10 UNIDADES	PACOTE	100	R$ 27,97	R$ 2.796,67	SIM
125	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nª 6 PACOTE COM 10 UNIDADES	PACOTE	100	R$ 27,97	R$ 2.796,67	SIM
126	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nª 7 PACOTE COM 10 UNIDADES	PACOTE	100	R$ 27,97	R$ 2.796,67	SIM
127	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nª 8 PACOTE COM 10 UNIDADES	PACOTE	100	R$ 27,97	R$ 2.796,67	SIM
128	SONDA DE FOLEY Nº . 10	UND	100	R$ 2,46	R$ 246,00	SIM
129	SONDA DE FOLEY Nº . 12	UND	500	R$ 2,46	R$ 1.230,00	SIM
130	SONDA DE FOLEY Nº . 20	UND	100	R$ 2,46	R$ 246,00	SIM
131	SONDA DE FOLEY Nº . 6	UND	100	R$ 2,46	R$ 246,00	SIM
132	SONDA DE FOLEY Nº . 8	UND	100	R$ 2,46	R$ 246,00	SIM
133	SONDA NASOENTERICA DOBBHOFF N 12	UND	300	R$ 111,87	R$ 33.560,00	SIM
134	SONDA NASOENTERICA DOBBHOFF N 14	UND	100	R$ 111,87	R$ 11.186,67	SIM
135	SONDA NASOGÁSTRICA CURTA Nº 10	UND	200	R$ 0,96	R$ 191,33	SIM
136	SONDA NASOGÁSTRICA CURTA Nº 18	UND	200	R$ 0,96	R$ 191,33	SIM
137	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº 04	UND	100	R$ 0,91	R$ 90,67	SIM
138	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº 06	UND	100	R$ 0,91	R$ 90,67	SIM
139	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº 10	UND	300	R$ 0,91	R$ 272,00	SIM
140	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº 12	UND	300	R$ 0,91	R$ 274,00	SIM
141	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº 14	UND	300	R$ 0,92	R$ 276,00	SIM
142	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº 16	UND	300	R$ 0,92	R$ 276,00	SIM
143	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº 18	UND	200	R$ 1,27	R$ 254,00	SIM
144	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº 20	UND	200	R$ 1,27	R$ 254,00	SIM
145	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº 22	UND	200	R$ 1,45	R$ 290,67	SIM
146	SONDA NASOGASTRICA LONGA Nº 8	UND	100	R$ 1,05	R$ 105,00	SIM
147	SONDA PARA GASTROSTOMIA Nº 20FR	UND	10	R$ 2.060,00	R$ 20.600,00	SIM
148	SONDA RETAL N°10 PACOTE COM 10 UNIDADES	PACOTE	100	R$ 6,33	R$ 633,33	SIM
149	SONDA RETAL N°12 PACOTE COM 10 UNIDADES	PACOTE	500	R$ 6,33	R$ 3.166,67	SIM

150	SONDA RETAL N°14 PACOTE COM 10 UNIDADES	PACOTE	100	R$ 6,33	R$ 633,33	SIM
151	SONDA RETAL N°16 PACOTE COM 10 UNIDADES	PACOTE	100	R$ 6,70	R$ 670,00	SIM
152	SONDA RETAL N°18 PACOTE COM 10 UNIDADES	PACOTE	100	R$ 18,77	R$ 1.876,67	SIM
153	SONDA RETAL N°20 PACOTE COM 10 UNIDADES	PACOTE	100	R$ 19,13	R$ 1.913,33	SIM
154	SONDA RETAL N°22 PACOTE COM 10 UNIDADES	PACOTE	100	R$ 23,00	R$ 2.300,00	SIM
155	SONDA RETAL N°24 PACOTE COM 10 UNIDADES	PACOTE	100	R$ 23,73	R$ 2.373,33	SIM
156	SONDA RETAL N°26 PACOTE COM 10 UNIDADES	PACOTE	100	R$ 24,47	R$ 2.446,67	SIM
157	SONDA RETAL N°28 PACOTE COM 10 UNIDADES	PACOTE	100	R$ 25,20	R$ 2.520,00	SIM
158	SONDA RETAL N° 30 PACOTE COM 10 UNIDADES	PACOTE	100	R$ 25,20	R$ 2.520,00	SIM
159	SONDA RETAL N°4 PACOTE COM 10 UNIDADES	PACOTE	100	R$ 18,40	R$ 1.840,00	SIM
160	SONDA RETAL N°6 PACOTE COM 10 UNIDADES	PACOTE	100	R$ 18,40	R$ 1.840,00	SIM
161	SONDA RETAL N°7 PACOTE COM 10 UNIDADES	PACOTE	100	R$ 18,40	R$ 1.840,00	SIM
162	SONDA RETAL N°8 PACOTE COM 10 UNIDADES	PACOTE	100	R$ 18,40	R$ 1.840,00	SIM
163	SONDA URETRAL Nº 04	UND	100	R$ 1,84	R$ 184,00	SIM
164	SONDA URETRAL Nº 06	UND	100	R$ 1,84	R$ 184,00	SIM
165	SONDA URETRAL Nº 08	UND	100	R$ 1,84	R$ 184,00	SIM
166	SONDA URETRAL Nº 16	UND	100	R$ 1,84	R$ 184,00	SIM
167	TELA DE MARLEX EM POLIPROPOLENO FABRICADO COM FIO MARLEX 100% POLIPROPILENO (M) TELA INDEFORMÁVEL DE MONOFILAMENTO 180U	UND	100	R$ 151,93	R$ 15.193,33	SIM
168	TELA DE MARLEX EM POLIPROPOLENO FABRICADO COM FIO MARLEX 100% POLIPROPILENO (P) TELA INDEFORMÁVEL DE MONOFILAMENTO 180U	UND	100	R$ 151,93	R$ 15.193,33	SIM
169	TELA DE MARLEX EM POLIPROPOLENO FABRICADO COM FIO MARLEX 100% POLIPROPILENO (PP) TELA INDEFORMÁVEL DE MONOFILAMENTO 180U	UND	100	R$ 155,27	R$ 15.526,67	SIM
170	TERMOMETRO DO TIPO TERMOHIDROMETRO, COM MARCAÇÃO DE MÁXIMA E MÍNIMA, ALÉM DE UMIDADE.COM SENSOR EXTERNO	UND	50	R$ 88,33	R$ 4.416,67	SIM
171	TESTE BIOLOGICO PARA AUTOCLAVE	UND	200	R$ 5,59	R$ 1.118,67	SIM
172	TOUCA DESCARTÁVEL CONFECCIONADA COM 100% POLIPROPILENO GRAMATURA 20 (PP20); HIPOALERGÊNICA; ELASTICO, PACOTE COM 100 UNIDADES	PACOTE	2.000	R$ 7,43	R$ 14.866,67	SIM

173	LANCETA PARA PUNÇÃO DIGITAL, EMBALAGEM INDIVIDUAL, 28G, 1,8MM CAIXA C/100 UNIDADES - EXCLUSIVO PARA ME/EPP	CAIXA	1.600	R$ 15,08	R$ 24.122,67	SIM
174	LANCETA PARA PUNÇÃO DIGITAL, EMBALAGEM INDIVIDUAL, 28G, 1,8MM CAIXA C/100 UNIDADES	CAIXA	6.400	R$ 15,08	R$ 96.490,67	NÃO
175	COLAR CERVICAL RÍGIDO PARA RESGATE PP	UND	300	R$ 66,30	R$ 19.890,00	SIM
176	COLAR CERVICAL RÍGIDO PARA RESGATE P	UND	400	R$ 66,30	R$ 26.520,00	SIM
177	COLAR CERVICAL RÍGIDO PARA RESGATE M	UND	400	R$ 66,30	R$ 26.520,00	SIM
178	COLAR CERVICAL RÍGIDO PARA RESGATE G	UND	400	R$ 66,30	R$ 26.520,00	SIM
179	IMOBILIZADOR DE RESGATE PARA CABEÇA LATERAL RED BLOCK - ADULTO	UND	500	R$ 124,97	R$ 62.483,33	SIM
180	IMOBILIZADOR DE RESGATE PARA CABEÇA LATERAL RED BLOCK - INFANTIL	UND	300	R$ 124,97	R$ 37.490,00	SIM
181	ESCOVA PARA INSTRUMENTAIS	UND	100	R$ 20,67	R$ 2.066,67	SIM
182	AVENTAL DE PVC IMPERMEAVÉL BRANCO TAM P	UND	100	R$ 34,47	R$ 3.446,67	SIM
183	AVENTAL DE PVC IMPERMEAVÉL BRANCO TAM M	UND	100	R$ 37,37	R$ 3.736,67	SIM
184	AVENTAL DE PVC IMPERMEAVÉL BRANCO TAM G	UND	100	R$ 40,57	R$ 4.056,67	SIM
185	ESPONJA MACIA INDICADA PARA SEGMENTOS HOSPITALARES, PROPRIA PARA SUPERFÍCIES DELICADAS. NÃO POSSUI ABRASIVO. 110MM X 75MM X 32MM	UND	200	R$ 19,50	R$ 3.900,00	SIM
	MEDICAMENTOS HOSPITALAR					
186	(A1) SULFATO DE MORFINA 10MG/ML, AMPOLA 2ML	AMPOLA	10.000	R$ 7,32	R$ 73.200,00	SIM
187	(B1) CITRATO DE FENTANILA 50MCG/2ML, AMPOLA 2ML	AMPOLA	3.000	R$ 6,11	R$ 18.330,00	SIM
189	(B1) CLORIDRATO DE PETIDINA 50MG/ML, AMPOLA 2ML	AMPOLA	5.000	R$ 7,14	R$ 35.700,00	SIM
190	(B1) DIAZEPAM 5MG/ML, AMPOLA 2ML	AMPOLA	10.000	R$ 0,77	R$ 7.733,33	SIM
191	(B1) MIDAZOLAM 5MG/ML, AMPOLA 3ML	AMPOLA	5.000	R$ 3,00	R$ 15.000,00	SIM
192	(B1) MIDAZOLAN 5MG /ML AMPOLA 10ML	AMPOLA	2.000	R$ 2,78	R$ 5.560,00	SIM
193	(C1) CLORIDRATO DE CETAMINA 50MG/ML, AMPOLA 10ML	AMPOLA	1.000	R$ 13,51	R$ 13.506,67	SIM
194	(C1) CLORIDRATO DE CLORPROMAZINA 5MG/ML, AMPOLA 5ML	AMPOLA	2.000	R$ 5,37	R$ 10.746,67	SIM
195	(C1) CLORIDRATO DE TRAMADOL 50MG/ML, AMPOLA 1ML	AMPOLA	15.000	R$ 1,48	R$ 22.200,00	SIM

196	(C1) CLORIDRATO DE TRAMADOL 50MG/ML, AMPOLA 2ML	AMPOLA	15.000	R$ 1,23	R$ 18.400,00	SIM
197	(C1) COLÍRIO ANESTÉSICO (CLORID. TETRACAÍNA + CLORID. DEFENILEFRINA 1MG + ÁC. BÓRICO 15MG), FR. 10ML	FRASCO	100	R$ 15,50	R$ 1.550,00	SIM
198	(C1) DECANOATO DE HALOPERIDOL 50MG/ML	AMPOLA	1.500	R$ 9,11	R$ 13.660,00	SIM
199	(C1) FENITOÍNA 50MG/ML, AMPOLA 5ML	AMPOLA	2.000	R$ 6,61	R$ 13.213,33	SIM
200	(C1) FENOBARBITAL 200MG/ML, AMPOLA 1ML	AMPOLA	2.000	R$ 3,85	R$ 7.693,33	SIM
201	(C1) HALOPERIDOL 5MG/ML, AMPOLA 1ML	AMPOLA	3.000	R$ 2,93	R$ 8.780,00	SIM
202	(C1)ETOMIDATO 2MG/ML	AMPOLA	2.000	R$ 8,26	R$ 16.520,00	SIM
203	ÁGUA DESTILADA PARA INJEÇÃO, FRASCO 10ML	FRASCO	30.000	R$ 0,33	R$ 9.900,00	SIM
204	AMINOFILINA 24 MG/ML, AMPOLA 10ML	AMPOLA	5.000	R$ 3,00	R$ 15.000,00	SIM
205	BISACODIL 5MG	COMPRIMIDO	1.500	R$ 0,71	R$ 1.065,00	SIM
206	BROMETO DE IPATROPIO 0,25MG/20ML, FRASCO 20 ML	FRASCO	2.000	R$ 3,89	R$ 7.786,67	SIM
207	CARVÃO ATIVADO 1 KG	POTE	20	R$ 71,00	R$ 1.420,00	SIM
208	CLOREXIDINA 0,12% 1LT	FRASCO	100	R$ 34,40	R$ 3.440,00	SIM
209	CLORIDRATO DE BUPIVACAINA 2,5MG/ML	FRASCO	500	R$ 3,90	R$ 1.950,00	SIM
210	CLORIDRATO DE BUPIVACAINA 5MG/ML (SEM VASO), FRASCO 20ML	FRASCO	1.000	R$ 7,52	R$ 7.520,00	SIM
211	CLORIDRATO DE LIDOCAINA 2% COM VASO, FRASCO 20 ML	FRASCO	3.000	R$ 2,56	R$ 7.680,00	SIM
212	CLORIDRATO DE NALBUFINA 10MG/ML	AMPOLA	125	R$ 22,63	R$ 2.829,17	SIM
213	CLORIDRATO DE NALOXONA 0,4MG/ML, AMPOLA 1ML	AMPOLA	500	R$ 14,33	R$ 7.166,67	SIM
214	CLORIDRATO DE PROXIMETACAÍNA 0,5% SOLUÇÃO OFTALMICA ESTERIL FR 5ML	FRASCO	100	R$ 24,10	R$ 2.410,00	SIM
215	CLORIDRATO DE VANCOMICINA INJETÁVEL 500 MG PÓ LIOFILIZADO PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL	FRASCO	100	R$ 5,71	R$ 570,67	SIM
216	DICLOFENACO DIETILAMONIO GEL 60G	TUBO	1.000	R$ 13,07	R$ 13.066,67	SIM
217	DIMENIDRINATO + CLORIDRATO DE PIRIDOXINA 50MG/ML , AMPOLA 1ML	AMPOLA	2.000	R$ 6,73	R$ 13.466,67	SIM
218	ENOXAPARINA 60MG INJETAVEL	UND	3.000	R$ 17,30	R$ 51.900,00	SIM
219	EPINEFRINA 1 MG/ML, AMPOLA 1 ML	AMPOLA	3.000	R$ 1,17	R$ 3.520,00	SIM
220	FLUMAZEMIL 0,1MG/ML, AMPOLA 1ML	AMPOLA	1.000	R$ 6,77	R$ 6.773,33	SIM
221	GLICOSE 50% 10 ML	FRASCO	10.000	R$ 0,44	R$ 4.366,67	SIM

222	HEPARINA 0,25 ML SUBCUTANEA BAIXO PESO	AMPOLA	2.000	R$ 12,58	R$ 25.166,67	SIM
223	INSULINA HUMANA NPH 100UI/ML FRASCO 10ML	FRASCO	20	R$ 78,33	R$ 1.566,67	SIM
224	METILERGOMETRINA 0,2MG/ML	AMPOLA	2.000	R$ 3,18	R$ 6.366,67	SIM
225	NORADRENALINA 2MG/ML OU EQUIVALENTE	AMPOLA	2.000	R$ 1,90	R$ 3.793,33	SIM
226	OLEO MINERAL PURO	FRASCO	200	R$ 4,59	R$ 918,67	SIM
227	PENICILINA 400.000 UI PO C/ DILUENTE	FRASCO	3.000	R$ 8,63	R$ 25.880,00	SIM
228	PROPOFOL 10MG/ML AMPOLA 1ML	AMPOLA	1.000	R$ 10,48	R$ 10.480,00	SIM
229	SOL. RINGER SIMPLES 500 ML FRASCO SISTEMA FECHADO - EXCLUSIVO PARA ME/EPP	FRASCO	2.000	R$ 8,59	R$ 17.180,00	SIM
230	SOL. RINGER SIMPLES 500 ML FRASCO SISTEMA FECHADO	FRASCO	8.000	R$ 8,59	R$ 68.720,00	NÃO
231	SULFATO DE AMICACINA 250MG/ML, AMPOLA 2ML	AMPOLA	2.000	R$ 4,10	R$ 8.193,33	SIM
232	SULFATO DE ATROPINA 0,5MG/ML, AMPOLA 1ML	AMPOLA	2.000	R$ 1,99	R$ 3.986,67	SIM
233	SULFATO DE GENTAMICINA 20MG/2ML, AMPOLA 2ML	AMPOLA	5.000	R$ 1,23	R$ 6.133,33	SIM
234	SULFATO DE TERBUTALINA, AMPOLA 1ML	AMPOLA	2.000	R$ 1,55	R$ 3.106,67	SIM
235	VASELINA LÍQUIDA 1000ML	FRASCO	20	R$ 40,10	R$ 802,00	SIM
236	NITROGLICERINA 5MG/ML, FRASCO 10ML	FRASCO	50	R$ 50,33	R$ 2.516,33	SIM
	MEDICAMENTOS FARMÁCIA BÁSICA					
237	ACEBROFILINA 50MG/ML FRASCO C/ 120ML	FRASCO	3.000	R$ 4,58	R$ 13.740,00	SIM
238	ACEBROFILINA 5MG/ML FRASCO C/ 120ML	FRASCO	3.000	R$ 4,36	R$ 13.070,00	SIM
239	ACICLOVIR 200MG	COMPRIMIDO	9.000	R$ 0,19	R$ 1.710,00	SIM
240	ACICLOVIR 400MG	COMPRIMIDO	10.000	R$ 0,50	R$ 5.033,33	SIM
241	ACICLOVIR CREME 50MG/G TUBO C/10G	TUBO	380	R$ 5,47	R$ 2.079,87	SIM
242	ACIDO ACETILSALICILICO 100MG	COMPRIMIDO	36.000	R$ 0,05	R$ 1.680,00	SIM
243	ACIDO ACETILSALICILICO 100MG COMPRIMIDOS REVESTIDOS DE LIBERAÇÃO ENTERICA	COMPRIMIDO	2.000	R$ 1,23	R$ 2.460,00	SIM
244	ACIDO FÓLICO 5MG	COMPRIMIDO	36.000	R$ 0,06	R$ 2.040,00	SIM
245	ACIDO VALPROICO 250MG	COMPRIMIDO	3.000	R$ 1,01	R$ 3.020,00	SIM
246	ALBENDAZOL 40MG/ML FRASCO C/ 10ML	FRASCO	1.500	R$ 1,54	R$ 2.315,00	SIM
247	ALIMENTO NUTRICIONALMENTE COMPLETO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL OU ORAL 1,5 KCAL/ML FONTE DE PROTEINAS 63G/L SACAROSE 0G/100ML, FIBRAS 8G/L SABOR BAUNILHA 1L - EXCLUSIVO PARA ME/EPP	CAIXA	600	R$ 35,73	R$ 21.440,00	SIM

248	ALIMENTO NUTRICIONALMENTE COMPLETO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL OU ORAL 1,5 KCAL/ML FONTE DE PROTEINAS 63G/L SACAROSE 0G/100ML, FIBRAS 8G/L SABOR BAUNILHA 1L	CAIXA	2.400	R$ 35,73	R$ 85.760,00	NÃO
249	ALIMENTO PARA SUPLEMENTAÇÃO DE NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL, 1.0 KCAL/ML, LACTOSE 0G/100ML SABOR BAUNILHA, LATA C/400G	LATA	300	R$ 83,75	R$ 25.125,00	SIM
250	ALOGLIPTINA + CLORIDRATO DE METFORMINA 12,5MG/1000MG COMPRIMIDOS	COMPRIMIDO	1.440	R$ 4,36	R$ 6.273,60	SIM
251	ALOGLIPTINA 25MG COMPRIMIDOS REVESTIDOS	COMPRIMIDO	720	R$ 4,41	R$ 3.175,20	SIM
252	AMINOFILINA 100MG	COMPRIMIDO	1.000	R$ 0,08	R$ 76,67	SIM
253	AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTASSIO 400MG/5ML + 57MG/5ML FRASCO C/ 70ML	FRASCO	1.800	R$ 15,52	R$ 27.942,00	SIM
254	AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 500MG+125MG COMPRIMIDOS REVESTIDOS CX C/21	COMPRIMIDO	40.000	R$ 0,95	R$ 38.000,00	SIM
255	AMOXICILINA 50MG/ML PÓ PARA PREPARO FRASCO C/ 150ML	FRASCO	2.000	R$ 7,26	R$ 14.520,00	SIM
256	APIXABANA 5MG	COMPRIMIDO	1.440	R$ 0,84	R$ 1.204,80	SIM
257	ARIPIPRAZOL 1MG/ML FRASCO 150ML	FRASCO	60	R$ 150,75	R$ 9.045,00	SIM
258	ATENOLOL 100MG	COMPRIMIDO	3.000	R$ 0,12	R$ 370,00	SIM
259	ATORVASTATINA CÁLCICA 40MG	COMPRIMIDO	1.440	R$ 0,67	R$ 964,80	SIM
260	AZITROMICINA DI-HIDRATADA 500MG	COMPRIMIDO	24.000	R$ 1,11	R$ 26.560,00	SIM
261	AZITROMICINA DI-HIDRATADA SUSPENSÃO PÓ PARA PREPARO 40MG/ML 600MG	FRASCO	1.000	R$ 8,38	R$ 8.376,67	SIM
262	BACITRACINA 250UI/G + SULFATO DE NEOMICINA 5MG/G TUBO C/ 10G	TUBO	2.500	R$ 3,69	R$ 9.216,67	SIM
263	BENFOTIAMINA 150MG	DRAGEA	1.440	R$ 2,35	R$ 3.379,20	SIM
264	BESILATO DE ANLODIPINO+LOSARTANA POTASSICA 5/50MG	COMPRIMIDO	720	R$ 4,02	R$ 2.894,40	SIM
265	BEXPIPRAZOL 2MG	COMPRIMIDO	720	R$ 15,08	R$ 10.855,20	SIM
266	BISSULFATO DE CLOPIDOGREL 75MG	COMPRIMIDO	720	R$ 0,39	R$ 280,80	SIM
267	BROMAZEPAM 6MG	COMPRIMIDO	3.000	R$ 0,28	R$ 840,00	SIM
268	BROMOPRIDA 10MG	COMPRIMIDO	18.000	R$ 0,22	R$ 4.020,00	SIM
269	BROMOPRIDA 4MG/ML FRASCO C/ 20ML	FRASCO	500	R$ 1,01	R$ 503,33	SIM
270	BUPRENORFINA 10MG CX C/4 ADESIVOS	ADESIVO	200	R$ 379,67	R$ 75.933,33	SIM
271	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 6,67MG/ML E	FRASCO	360	R$ 6,69	R$ 2.408,40	SIM

	DIPIRONA 333,4MG/ML FRASCO 20ML					
272	CARBAMAZEPINA 200MG	COMPRIMIDO	60.000	R$ 0,45	R$ 26.800,00	SIM
273	CARBAMAZEPINA 400MG COMPRIMIDOS DIVISIVEIS DE LIBERAÇÃO CONTROLADA	COMPRIMIDO	3.000	R$ 0,61	R$ 1.840,00	SIM
274	CARBOCISTEÍNA 20MG/ML FRASCO C/100ML	FRASCO	3.000	R$ 6,14	R$ 18.430,00	SIM
275	CARBOCISTEÍNA 50MG/ML FRASCO C/100ML	FRASCO	3.000	R$ 8,82	R$ 26.470,00	SIM
276	CARBONATO DE CALCIO 500MG	COMPRIMIDO	12.000	R$ 0,34	R$ 4.040,00	SIM
277	CARBONATO DE CÁLCIO 500MG + COLECALCIFEROL 400UI	COMPRIMIDO	1.440	R$ 0,61	R$ 883,20	SIM
278	CARBONATO DE CALCIO 600MG + COLECALCIFEROL 200UI	COMPRIMIDO	1.440	R$ 0,84	R$ 1.204,80	SIM
279	CARBONATO DE LITIO 300MG	COMPRIMIDO	25.000	R$ 0,30	R$ 7.500,00	SIM
280	CARMESOLE SODICA 5MG/ML FR 10ML	FRASCO	24	R$ 14,52	R$ 348,40	SIM
281	CARVEDILOL 12,5MG	COMPRIMIDO	720	R$ 0,17	R$ 120,00	SIM
282	CARVEDILOL 3,125MG	COMPRIMIDO	720	R$ 0,09	R$ 64,80	SIM
283	CARVEDILOL 6,125MG	COMPRIMIDO	2.160	R$ 0,09	R$ 194,40	SIM
284	CEFALEXINA 250MG/5ML FRASCO 100ML	FRASCO	500	R$ 13,96	R$ 6.980,00	SIM
285	CEFALEXINA 500MG	COMPRIMIDO	36.000	R$ 1,11	R$ 39.840,00	SIM
286	CINARIZINA 75MG	COMPRIMIDO	5.000	R$ 0,32	R$ 1.616,67	SIM
287	CITRATO DE SILDENAFILA 50MG COMPRIMIDOS REVESTIDOS	COMPRIMIDO	1.200	R$ 0,39	R$ 468,00	SIM
288	CLONAZEPAM 2,5MG/ML 20ML	FRASCO	300	R$ 5,80	R$ 1.739,00	SIM
289	CLONAZEPAM 2MG	COMPRIMIDO	12.000	R$ 0,09	R$ 1.080,00	SIM
290	CLORIDRATO DE AMIODARONA 100MG	COMPRIMIDO	2.200	R$ 0,50	R$ 1.107,33	SIM
291	CLORIDRATO DE AMIODARONA 200MG	COMPRIMIDO	20.000	R$ 0,54	R$ 10.733,33	SIM
292	CLORIDRATO DE BETAISTINA 48MG	COMPRIMIDO	720	R$ 2,40	R$ 1.728,00	SIM
293	CLORIDRATO DE BUPROPIONA 150MG	COMPRIMIDO	36.000	R$ 1,60	R$ 57.480,00	SIM
294	CLORIDRATO DE DULOXETINA 30MG CAPSULAS DURAS DE LIBERACAO RETARDADA	CAPSULA	1.440	R$ 0,97	R$ 1.396,80	SIM
295	CLORIDRATO DE DULOXETINA 60MG CAPSULAS DURAS DE LIBERACAO RETARDADA	CAPSULA	3.600	R$ 1,85	R$ 6.672,00	SIM
296	CLORIDRATO DE HIDRALAZINA 25MG	COMPRIMIDO	1.440	R$ 0,45	R$ 643,20	SIM
297	CLORIDRATO DE HIDRALAZINA 50MG	COMPRIMIDO	1.440	R$ 1,95	R$ 2.812,80	SIM
298	CLORIDRATO DE METFORMINA 500MG	COMPRIMIDO	10.000	R$ 0,15	R$ 1.466,67	SIM

299	CLORIDRATO DE METILFENIDATO 40MG CAPSULA DE LIBERAÇÃO MODIFICADA	CAPSULA	1.800	R$ 8,38	R$ 15.078,00	SIM
300	CLORIDRATO DE NORTRIPTILINA 25MG	COMPRIMIDO	2.160	R$ 1,06	R$ 2.289,60	SIM
301	CLORIDRATO DE NORTRIPTILINA 75MG	COMPRIMIDO	1.440	R$ 2,96	R$ 4.262,40	SIM
302	CLORIDRATO DE ONDANSETRONA 4MG	COMPRIMIDO	6.000	R$ 0,50	R$ 3.020,00	SIM
303	CLORIDRATO DE PAROXETINA 12,5MG COMPRIMIDOS DE LIBERAÇÃO MODIFICADA	COMPRIMIDO	720	R$ 2,40	R$ 1.728,00	SIM
304	CLORIDRATO DE PAROXETINA 25MG COMPRIMIDOS DE LIBERAÇÃO MODIFICADA	COMPRIMIDO	2.500	R$ 3,52	R$ 8.791,67	SIM
305	CLORIDRATO DE PROPAFENONA 300MG COMPRIMIDOS REVESTIDOS	COMPRIMIDO	1.800	R$ 1,11	R$ 1.992,00	SIM
306	CLORIDRATO DE PROPANOLOL 40MG	COMPRIMIDO	8.000	R$ 0,17	R$ 1.333,33	SIM
307	CLORIDRATO DE TIAMINA 300MG COMPRIMIDOS REVESTIDOS	COMPRIMIDO	1.400	R$ 0,34	R$ 471,33	SIM
308	CLORIDRATO DE TRAMADOL 37,5MG + PARACETAMOL 325MG	COMPRIMIDO	720	R$ 2,51	R$ 1.809,60	SIM
309	CLORIDRATO DE TRAMADOL 50MG CAPSULAS DURAS	CAPSULA	6.000	R$ 0,73	R$ 4.360,00	SIM
310	CLORIDRATO DE TRAZODONA 150MG	COMPRIMIDO	720	R$ 5,03	R$ 3.619,20	SIM
311	CLORIDRATO DE TRAZODONA 50MG	COMPRIMIDO	1.800	R$ 1,41	R$ 2.532,00	SIM
312	CLORIDRATO DE VENLAFAXINA 150MG CAPSULA DE LIBERAÇÃO CONTROLADA	CAPSULA	3.000	R$ 1,11	R$ 3.320,00	SIM
313	CLORIDRATO DE VENLAFAXINA 75MG CAPSULA DE LIBERAÇÃO CONTROLADA	CAPSULA	2.160	R$ 0,67	R$ 1.447,20	SIM
314	CLORTALIDONA 50MG	COMPRIMIDO	6.000	R$ 0,20	R$ 1.220,00	SIM
315	CLOTRIMAZOL 10MG/G TUBO C/ 20G	TUBO	400	R$ 8,71	R$ 3.484,00	SIM
316	COMPOSTO LÁCTEO COM MALTODEXTRINA PARA DIETAS COM RESTRICAO DE LACTOSE, COM CALCIO, FERRO, ZINCO, VITAMINAS A, C, D & E, LATA 700G	LATA	240	R$ 48,58	R$ 11.658,40	SIM
317	CREME PROTETOR C/OLEO DE CALENDULA, CETRIMIDA E OLEO DE AMENDOA DOCE TUBO C/ 120G	TUBO	24	R$ 99,38	R$ 2.385,20	SIM
318	CUMARINA 15MG + TROXERRUTINA 90MG	COMPRIMIDO	1.440	R$ 1,84	R$ 2.654,40	SIM
319	DESLORATINA 0,5MG/ML FRASCO 100ML	COMPRIMIDO	800	R$ 7,26	R$ 5.808,00	SIM
320	DEXAMETASONA 0,1% CREME, TUBO COM 10G	TUBO	2.500	R$ 2,01	R$ 5.025,00	SIM
321	DEXAMETASONA 0,5MG/5ML FRASCO C/ 100ML	FRASCO	720	R$ 2,79	R$ 2.011,20	SIM
322	DICLOFENACO SÓDICO 50MG + CARISOPRODOL	COMPRIMIDO	24.000	R$ 2,79	R$ 67.040,00	SIM

	125MG + PARACETAMOL 300MG+ CAFEÍNA 30MG					
323	DIGOXINA 0,25MG	COMPRIMIDO	5.000	R$ 0,11	R$ 566,67	SIM
324	DIMENIDRINATO 25MG	COMPRIMIDO	7.000	R$ 1,11	R$ 7.746,67	SIM
325	DIOSMINA 900MG + HESPERIDINA 100MG COMPRIMIDOS REVESTIDOS	COMPRIMIDO	1.440	R$ 3,34	R$ 4.809,60	SIM
326	DIPIRONA MONOIDRATADA 500MG/ML FRASCO C/ 10ML	COMPRIMIDO	1.500	R$ 2,01	R$ 3.015,00	SIM
327	DIPIRONA SODICA 500MG	FRASCO	90.000	R$ 0,17	R$ 15.000,00	SIM
328	DIVALPROATO DE SÓDIO 500MG COMPRIMIDOS REVESTIDOS DE LIBERAÇÃO PROLONGADA	COMPRIMIDO	1.440	R$ 3,18	R$ 4.584,00	SIM
329	DOMPERIDONA 10MG	COMPRIMIDO	4.300	R$ 0,08	R$ 329,67	SIM
330	DOMPERIDONA 1MG/ML FR 100ML + SERINGA DOSADORA	FRASCO	120	R$ 29,59	R$ 3.551,20	SIM
331	DROPROPIZINA 3MG/ML FRASCO 120ML	FRASCO	700	R$ 15,52	R$ 10.866,33	SIM
332	EMPAGLIFLOZINA 25MG	COMPRIMIDO	720	R$ 3,07	R$ 2.210,40	SIM
333	EMPAGLIFLOZNA + LINAGLIPTINA 25MG/5MG COMPRIMIDOS REVESTIDOS	COMPRIMIDO	720	R$ 12,17	R$ 8.764,80	SIM
334	ENALAPRL 10MG	COMPRIMIDO	10.000	R$ 0,07	R$ 666,67	SIM
335	ESCOPALAMINA+ DIPIRONA 10/250MG	COMPRIMIDO	6.000	R$ 0,43	R$ 2.560,00	SIM
336	ESOMEPRAZOL MAGNÉSICO TRI-HIDRATADO 40MG COMPRIMIDOS REVESTIDOS DE LIBERAÇÃO RETARDADA	COMPRIMIDO	1.344	R$ 1,90	R$ 2.553,60	SIM
337	ESPIRONOLACTONA 25MG	COMPRIMIDO	12.000	R$ 0,26	R$ 3.080,00	SIM
338	ESPIRONOLACTONA 50MG	COMPRIMIDO	720	R$ 0,40	R$ 288,00	SIM
339	FENOBARBITAL 100MG	COMPRIMIDO	25.000	R$ 0,23	R$ 5.833,33	SIM
340	FENOFIBRATO 160MG	COMPRIMIDO	720	R$ 2,38	R$ 1.713,60	SIM
341	FLUCONAZOL 150 MG CAPSULA	COMPRIMIDO	25.000	R$ 0,67	R$ 16.750,00	SIM
342	FÓRMULA INFANTIL PARA LACTENTES E DE SEGUIMENTO PARA LACTENTES E CRIANÇAS DE PRIMEIRA INFÂNCIA DE 0 À 36 MESES DESTINADA A NECESSIDADES DIETOTERÁPICAS ESPECÍFICAS COM 1KCAL/ML COM ARA E DHA E PREBIÓTICOS	LATA	150	R$ 184,25	R$ 27.637,50	SIM
343	FÓRMULA INFANTIL PARA LACTENTES E DE SEGUIMENTO PARA LACTENTES E CRIANÇAS DE PRIMEIRA INFÂNCIA DESTINADA A NECESSIDADES DIETOTERÁPICAS ESPECÍFICAS COM PROTEÍNA EXTENSAMENTE HIDROLISADA, RESTRIÇÃO DE LACTOSE, DHA + ARA, TAURINA E NUCLEOTÍDEOS, 0-3 ANOS. LATA 400G	LATA	150	R$ 156,33	R$ 23.450,00	SIM

344	FÓRMULA INFANTIL PARA LACTENTES E DE SEGUIMENTO PARA LACTENTES E CRIANÇAS DE PRIMEIRA INFÂNCIA DESTINADA A NECESSIDADES DIETOTERÁPICAS ESPECÍFICAS COM PROTEÍNA LÁCTEA EXTENSAMENTE HIDROLISADA. COM PREBIÓTICOS (GOS/FOS), DHA E ARA, E NUCLEOTÍDEOS. 800G	LATA	250	R$ 195,42	R$ 48.854,17	SIM
345	FÓRMULA INFANTIL PARA LACTENTES E DE SEGUIMENTO PARA LACTENTES E CRIANÇAS DE PRIMEIRA INFÂNCIA DESTINADA A NECESSIDADES DIETOTERÁPICAS ESPECÍFICAS COM RESTRIÇÃO DE LACTOSE, COM DHA E ARA, E NUCLEOTÍDEOS. 800g - EXCLUSIVO PARA ME/EPP	LATA	96	R$ 177,55	R$ 17.044,80	SIM
346	FÓRMULA INFANTIL PARA LACTENTES E DE SEGUIMENTO PARA LACTENTES E CRIANÇAS DE PRIMEIRA INFÂNCIA DESTINADA A NECESSIDADES DIETOTERÁPICAS ESPECÍFICAS COM RESTRIÇÃO DE LACTOSE, COM DHA E ARA, E NUCLEOTÍDEOS. 800g	LATA	384	R$ 177,55	R$ 68.179,20	NÃO
347	FOSFATO DE SITAGLIPTINA + CLORIDRATO DE METFORMINA 50/1000MG C/ 56 COMPRIMIDOS	COMPRIMIDO	2.688	R$ 6,87	R$ 18.457,60	SIM
348	FOSFATO DE SITAGLIPTINA MONOIDRATADO 50MG	COMPRIMIDO	1.440	R$ 6,21	R$ 8.937,60	SIM
349	FOSFATO SODICO DE PREDNISOLONA 3MG/ML FR 60ML	FRASCO	600	R$ 5,03	R$ 3.016,00	SIM
350	FRALDA DESCARTAVEL ADULTO TAMANHO G C/8 UNID.,PESO 70 A 90KG, CINTURA 115 A 150CM, INCONTINENCIA INTENSA, TECNOLOGIA ANTI ODOR	PACOTE	360	R$ 24,57	R$ 8.844,00	SIM
351	FRALDA DESCARTAVEL ADULTO TAMANHO P C/9 UNID, INCONTINENCIA INTENSA, TECNOLOGIA ANTI ODOR	PACOTE	100	R$ 25,68	R$ 2.568,33	SIM
352	FRALDA DESCARTAVEL ADULTO TAMANHO M C/8 UNID., PESO 40 A 70KG, CINTURA 80 A 115CM, INCONTINENCIA INTENSA, TECNOLOGIA ANTI ODOR	PACOTE	150	R$ 25,67	R$ 3.850,00	SIM
353	FRALDA DESCARTAVEL GERIATRICA TAMANHO XG C/7 UNID., ACIMA DE 90KG, CINTURA 120 A 165CM, INCONTINENCIA INTENSA, TECNOLOGIA ANTI ODOR	PACOTE	150	R$ 24,57	R$ 3.685,00	SIM
354	FUROSEMIDA 40MG	COMPRIMIDO	20.000	R$ 0,12	R$ 2.466,67	SIM
355	GABAPENTINA 300MG	COMPRIMIDO	720	R$ 0,77	R$ 554,40	SIM
356	GEL BANHO HIDRATANTE, PELE SECA, LIVRE DE SABAO,5% UREIA, FRASCO C/ 424G	FRASCO	24	R$ 110,55	R$ 2.653,20	SIM
357	GLICLAZIDA 60MG COMPRIMIDOS DE LIBERAÇÃO	COMPRIMIDO	3.600	R$ 0,93	R$ 3.336,00	SIM

	PROLONGADA					
358	GLIMEPIRIDA 2MG	COMPRIMIDO	720	R$ 0,10	R$ 72,00	SIM
359	HALOPERIDOL 2MG/ML GOTAS FRASCO 30ML	FRASCO	12	R$ 23,67	R$ 284,00	SIM
360	HALOPERIDOL 5MG - EXCLUSIVO PARA ME/EPP	COMPRIMIDO	5.000	R$ 4,75	R$ 23.766,67	SIM
361	HALOPERIDOL 5MG	COMPRIMIDO	20.000	R$ 4,75	R$ 95.066,67	NÃO
362	HEMIFUMARATO DE QUETIAPINA 100MG	COMPRIMIDO	720	R$ 0,54	R$ 386,40	SIM
363	HEMIFUMARATO DE QUETIAPINA 50MG C/ 30 COMPRIMIDOS	COMPRIMIDO	1.800	R$ 3,52	R$ 6.330,00	SIM
364	HEMITARTARATO DE ZOLPIDEM 10MG C/ 30 COMPRIMIDOS REVESTIDOS	COMPRIMIDO	2.600	R$ 0,20	R$ 528,67	SIM
365	IBUPROFENO 300MG	COMPRIMIDO	40.000	R$ 0,28	R$ 11.200,00	SIM
366	IBUPROFENO 50MG/ML FRASCO C/30ML	FRASCO	700	R$ 3,24	R$ 2.268,00	SIM
367	INDAPAMIDA 1,5MG COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO PROLONGADA	COMPRIMIDO	1.440	R$ 1,15	R$ 1.656,00	SIM
368	INSULINA DEGLUDECA 100U/ML DE 3ML COM SISTEMA DE APLICAÇÃO	UNIDADE	60	R$ 273,58	R$ 16.415,00	SIM
369	INSULINA DEGLUDECA 100UI/ML + LIRAGLUTIDA 3,6MG/ML	UNIDADE	24	R$ 295,92	R$ 7.102,00	SIM
370	INSULINA GLARGINA 100U/ML DE 3ML COM SISTEMA DE APLICAÇÃO	UNIDADE	120	R$ 49,13	R$ 5.896,00	SIM
371	INSULINA GLULISINA 100U/ML DE 3ML COM SISTEMA DE APLICAÇÃO	UNIDADE	120	R$ 55,28	R$ 6.633,20	SIM
372	ISOSSORBIDA 20MG	COMPRIMIDO	1.440	R$ 0,28	R$ 403,20	SIM
373	ISOSSORBIDA SUBLINGUAL 5MG	COMPRIMIDO	720	R$ 0,67	R$ 482,40	SIM
374	IVERMECTINA 6MG	COMPRIMIDO	5.000	R$ 0,50	R$ 2.516,67	SIM
375	LEVODOPA + CLORIDRATO DE BENSERAZIDA 100/25	COMPRIMIDO	720	R$ 1,79	R$ 1.286,40	SIM
376	LEVODOPA + CLORIDRATO DE BENSERAZIDA 200/50	COMPRIMIDO	3.000	R$ 3,55	R$ 10.660,00	SIM
377	LEVOTIROXINA SÓDICA 100MCG	COMPRIMIDO	1.440	R$ 0,78	R$ 1.128,00	SIM
378	LEVOTIROXINA SÓDICA 125MCG	COMPRIMIDO	1.440	R$ 0,45	R$ 643,20	SIM
379	LEVOTIROXINA SÓDICA 150MCG	COMPRIMIDO	1.440	R$ 0,61	R$ 883,20	SIM
380	LEVOTIROXINA SÓDICA 175MCG	COMPRIMIDO	1.440	R$ 0,96	R$ 1.382,40	SIM
381	LEVOTIROXINA SÓDICA 25MCG	COMPRIMIDO	1.440	R$ 0,40	R$ 576,00	SIM
382	LEVOTIROXINA SÓDICA 37,5MCG	COMPRIMIDO	720	R$ 0,34	R$ 242,40	SIM

383	LEVOTIROXINA SÓDICA 50MCG	COMPRIMIDO	1.440	R$ 0,34	R$ 484,80	SIM
384	LEVOTIROXINA SÓDICA 62,5MCG	COMPRIMIDO	1.440	R$ 0,39	R$ 561,60	SIM
385	LEVOTIROXINA SÓDICA 75MCG	COMPRIMIDO	720	R$ 0,34	R$ 242,40	SIM
386	LEVOTIROXINA SÓDICA 88MCG	COMPRIMIDO	1.440	R$ 0,39	R$ 561,60	SIM
387	LORATADINA 10MG C/12 COMPRIMIDOS	COMPRIMIDO	40.000	R$ 0,12	R$ 4.933,33	SIM
388	LOSARTANA POTASSICA 50MG	COMPRIMIDO	20.000	R$ 0,07	R$ 1.333,33	SIM
389	MALEATO DE DEXCLORFENIRAMINA 0,4MG/ML + BETAMETASONA 0,05MG/ML FRASCO C/ 120ML	FRASCO	3.000	R$ 2,35	R$ 7.040,00	SIM
390	MALEATO DE ENALAPRIL 5MG	COMPRIMIDO	5.000	R$ 0,07	R$ 333,33	SIM
391	METILDOPA 250MG	COMPRIMIDO	10.000	R$ 0,61	R$ 6.133,33	SIM
392	METILDOPA 500MG	COMPRIMIDO	10.000	R$ 1,34	R$ 13.400,00	SIM
393	METRONIDAZOL 250MG	COMPRIMIDO	6.000	R$ 0,21	R$ 1.280,00	SIM
394	METRONIDAZOL GEL 100MG/G TUBO C/ 50G	TUBO	600	R$ 11,16	R$ 6.694,00	SIM
395	MIRTAZAPINA 30MG	COMPRIMIDO	1.800	R$ 1,11	R$ 1.992,00	SIM
396	NIFEDIPINO 10MG	COMPRIMIDO	25.000	R$ 0,11	R$ 2.833,33	SIM
397	NIFEDIPINO 20MG	COMPRIMIDO	36.000	R$ 0,11	R$ 4.080,00	SIM
398	NIFEDIPINO RETARD 20MG	COMPRIMIDO	36.000	R$ 0,23	R$ 8.400,00	SIM
399	NIMESULIDA 100MG	COMPRIMIDO	40.000	R$ 0,13	R$ 5.333,33	SIM
400	NIMESULIDA 50MG/ML - 15ML	FRASCO	500	R$ 2,12	R$ 1.061,67	SIM
401	NISTATINA 25.000UI TUBO C/ 60G	TUBO	600	R$ 11,06	R$ 6.634,00	SIM
402	NITRATO DE TIAMINA 100MG + CLORIDRATO DE PIRIDOXINA 100MG + CIANOCOBALAMINA 5.000MCG	COMPRIMIDO	1.440	R$ 3,69	R$ 5.308,80	SIM
403	OLANZAPINA 2,5MG CX C/ 30 COMPRIMIDOS	COMPRIMIDO	1.080	R$ 57,77	R$ 62.388,00	SIM
404	OLMESARTANA MEDOXOMILA 20MG	COMPRIMIDO	2.160	R$ 0,84	R$ 1.807,20	SIM
405	OLMESARTANA MEDOXOMILA 40MG + HIDROCLOROTIAZIDA 25MG COMPRIMIDOS REVESTIDOS	COMPRIMIDO	1.080	R$ 2,01	R$ 2.170,80	SIM
406	OMEPRAZOL 20MG	COMPRIMIDO	70.000	R$ 0,07	R$ 4.666,67	SIM
407	OMEPRAZOL MAGNESICO 10MG	COMPRIMIDO	720	R$ 8,38	R$ 6.031,20	SIM
408	ORLISTATE 120MG	CAPSULA	1.080	R$ 2,96	R$ 3.196,80	SIM
409	OXALATO DE ESCITALOPRAM 10MG	COMPRIMIDO	1.080	R$ 0,23	R$ 252,00	SIM
410	OXALATO DE ESCITALOPRAM 15MG	COMPRIMIDO	1.080	R$ 0,37	R$ 399,60	SIM
411	OXALATO DE ESCITALOPRAM 20MG	COMPRIMIDO	3.600	R$ 0,43	R$ 1.536,00	SIM

412	OXCARBAZEPINA 300MG	COMPRIMIDO	1.440	R$ 0,89	R$ 1.286,40	SIM
413	OXCARBAZEPINA 600MG	COMPRIMIDO	2.160	R$ 1,56	R$ 3.376,80	SIM
414	PANTOPRAZOL SODICO SESQUI-HIDRATADO 40MG COMPRIMIDOS REVESTIDOS DE LIBERAÇÃO RETARDADA	COMPRIMIDO	3.000	R$ 2,01	R$ 6.030,00	SIM
415	PARACETAMOL 200MG/ML FRASCO C/ 10ML	FRASCO	800	R$ 1,23	R$ 984,00	SIM
416	PARACETAMOL 500 + FOSFATO DE CODEÍNA 30MG	COMPRIMIDO	2.304	R$ 1,68	R$ 3.863,04	SIM
417	PARACETAMOL 500MG	COMPRIMIDO	30.000	R$ 0,08	R$ 2.300,00	SIM
418	PERICIAZINA 1% 10MG/ML 20ML	FRASCO	120	R$ 28,48	R$ 3.417,20	SIM
419	PERICIAZINA 4% 40MG/ML 20ML	FRASCO	150	R$ 42,43	R$ 6.365,00	SIM
420	PREDNISONA 20MG	COMPRIMIDO	30.000	R$ 0,17	R$ 5.000,00	SIM
421	PREDNISONA 5MG	COMPRIMIDO	24.000	R$ 0,08	R$ 1.840,00	SIM
422	PREGABALINA 150MG CAPSULAS DURAS	CAPSULA	12.000	R$ 0,39	R$ 4.680,00	SIM
423	PREGABALINA 50MG CAPSULAS DURAS	CAPSULA	720	R$ 0,56	R$ 403,20	SIM
424	PREGABALINA 75MG CAPSULAS	CAPSULA	6.000	R$ 0,26	R$ 1.540,00	SIM
425	PROMETAZINA 25MG	COMPRIMIDO	12.000	R$ 0,18	R$ 2.120,00	SIM
426	PROPATILNITRATO 10MG	COMPRIMIDO	720	R$ 0,62	R$ 448,80	SIM
427	RISPERIDONA 1MG COMPRIMIDOS REVESTIDOS	COMPRIMIDO	720	R$ 0,35	R$ 249,60	SIM
428	RISPERIDONA 2MG COMPRIMIDOS REVESTIDOS	COMPRIMIDO	1.440	R$ 0,26	R$ 369,60	SIM
429	RISPERIDONA 3MG COMPRIMIDOS REVESTIDOS	COMPRIMIDO	1.440	R$ 0,51	R$ 739,20	SIM
430	RIVAROXABANA 10MG COMPRIMIDOS	COMPRIMIDO	720	R$ 0,39	R$ 280,80	SIM
431	RIVAROXABANA 15 MG COMPRIMIDOS	COMPRIMIDO	720	R$ 0,65	R$ 468,00	SIM
432	RIVAROXABANA 20MG COMPRIMIDOS	COMPRIMIDO	1.440	R$ 0,65	R$ 936,00	SIM
433	ROSUVASTATINA CALCICA 10MG COMPRIMIDOS REVESTIDOS	COMPRIMIDO	1.440	R$ 0,28	R$ 403,20	SIM
434	ROSUVASTATINA CALCICA 20MG COMPRIMIDOS REVESTIDOS	COMPRIMIDO	1.440	R$ 0,28	R$ 403,20	SIM
435	ROSUVASTATINA CALCICA 40MG COMPRIMIDOS REVESTIDOS	COMPRIMIDO	720	R$ 1,84	R$ 1.327,20	SIM
436	ROSUVASTATINA CALCICA 5MG COMPRIMIDOS REVESTIDOS	COMPRIMIDO	720	R$ 0,22	R$ 160,80	SIM
437	SAIS DE REIDRATAÇÃO ORAL SACHE 27,9G	SACHE	5.000	R$ 0,95	R$ 4.750,00	SIM
438	SECNIDAZOL 1G	COMPRIMIDO	1.200	R$ 4,46	R$ 5.348,00	SIM
439	SERTRALINA 100MG COMPRIMIDOS	COMPRIMIDO	1.440	R$ 0,47	R$ 672,00	SIM

440	SERTRALINA 25MG COMPRIMIDOS	COMPRIMIDO	720	R$ 0,12	R$ 88,80	SIM
441	SERTRALINA 50MG COMPRIMIDOS	COMPRIMIDO	1.440	R$ 0,16	R$ 225,60	SIM
442	SINVASTATINA 20MG COMPRIMIDOS	COMPRIMIDO	12.000	R$ 0,11	R$ 1.360,00	SIM
443	SINVASTATINA 40MG COMPRIMIDOS REVESTIDOS	COMPRIMIDO	3.000	R$ 0,22	R$ 670,00	SIM
444	SUCCINATO DE METOPROLOL 100MG COMPRIMIDOS REVESTIDOS DE LIBERAÇÃO CONTROLADA	COMPRIMIDO	12.000	R$ 1,29	R$ 15.520,00	SIM
445	SUCCINATO DE METOPROLOL 25MG COMPRIMIDOS REVESTIDOS DE LIBERAÇÃO CONTROLADA	UNIDADE	15.000	R$ 1,15	R$ 17.250,00	SIM
446	SUCCINATO DE METOPROLOL 50MG COMPRIMIDOS REVESTIDOS DE LIBERAÇÃO CONTROLADA	COMPRIMIDO	12.000	R$ 0,84	R$ 10.040,00	SIM
447	SULFAMETOXAZOL + TRIMETOPRIMA 200MG/5ML + 40MG/5ML FRASCO C/ 100ML + COPO DOSADOR	FRASCO	500	R$ 17,31	R$ 8.655,00	SIM
448	SULFAMETOXAZOL + TRIMETOPRIMA 400MG/80MG	COMPRIMIDO	24.000	R$ 0,20	R$ 4.880,00	SIM 55
449	SULFATO DE HIDROXICLOROQUINA 400MG COMPRIMIDOS REVESTIDOS	FRASCO	1.080	R$ 4,46	R$ 4.813,20	SIM
450	SULFATO FERROSO 25MG/ML SOLUÇÃO ORAL FR 30ML	FRASCO	250	R$ 5,47	R$ 1.368,33	SIM
451	SULFATO FERROSO 40MG	COMPRIMIDO	60.000	R$ 0,07	R$ 4.000,00	SIM
452	SULPIRIDA 200MG CAPSULAS	COMPRIMIDO	1.080	R$ 3,18	R$ 3.438,00	SIM
453	SULPIRIDA 50MG CAPSULAS	COMPRIMIDO	2.880	R$ 1,45	R$ 4.185,60	SIM
454	SUPLEMENTO ALIMENTAR SENIOR 50+ , COMPOSIÇÃO: ÓLEO DE SOJA, CARBONATO DE CÁLCIO, ÓXIDO DE MAGNÉSIO, ÁCIDO ASCÓRBICO, MALTODEXTRINA, ACETATO DE DL-ALFA-TOCOFEROL, FUMARATO FERROSO, SULFATO DE MANGANÊS, ÓXIDO DE ZINCO, SULFATO CÚPRICO PENTAIDRATADO, CLORIDRATO DE PIRIDOXINA, TIAMINA MONONITRATO, D-PANTOTENATO DE CÁLCIO, RIBOFLAVINA, PALMITATO DE RETINOL, PICOLINATO DE CROMO, IODETO DE POTÁSSIO, FITOMENADIONA, ÁCIDO FÓLICO, MOLIBDATO DE AMÔNIO, SELENITO DE SÓDIO, D-BIOTINA, COLECALCIFEROL E CIANOCOBALAMINA; GELIFICANTE: GELATINA; ESTABILIZANTE: GLICEROL E SORBITOL; ÁGUA; EMULSIFICANTE: LECITINA DE SOJA; ESPESSANTE: CERA DE ABELHA; CORANTE: ÓXIDO DE FERRO PRETO, DIÓXIDO DE TITÂNIO, AMARELO CREPÚSCULO FCF E PONCEAU 4R. NÃO CONTÉM GLÚTEN, CAIXA C/ 60 CAPSULAS MOLE - EXCLUSIVO PARA	CAPSULA	288	R$ 88,22	R$ 25.406,40	SIM

	ME/EPP					
455	SUPLEMENTO ALIMENTAR SENIOR 50+ , COMPOSIÇÃO: ÓLEO DE SOJA, CARBONATO DE CÁLCIO, ÓXIDO DE MAGNÉSIO, ÁCIDO ASCÓRBICO, MALTODEXTRINA, ACETATO DE DL-ALFA-TOCOFEROL, FUMARATO FERROSO, SULFATO DE MANGANÊS, ÓXIDO DE ZINCO, SULFATO CÚPRICO PENTAIDRATADO, CLORIDRATO DE PIRIDOXINA, TIAMINA MONONITRATO, D-PANTOTENATO DE CÁLCIO, RIBOFLAVINA, PALMITATO DE RETINOL, PICOLINATO DE CROMO, IODETO DE POTÁSSIO, FITOMENADIONA, ÁCIDO FÓLICO, MOLIBDATO DE AMÔNIO, SELENITO DE SÓDIO, D-BIOTINA, COLECALCIFEROL E CIANOCOBALAMINA; GELIFICANTE: GELATINA; ESTABILIZANTE: GLICEROL E SORBITOL; ÁGUA; EMULSIFICANTE: LECITINA DE SOJA; ESPESSANTE: CERA DE ABELHA; CORANTE: ÓXIDO DE FERRO PRETO, DIÓXIDO DE TITÂNIO, AMARELO CREPÚSCULO FCF E PONCEAU 4R. NÃO CONTÉM GLÚTEN, CAIXA C/ 60 CAPSULAS MOLE	CAPSULA	1.152	R$ 88,22	R$ 101.625,60	56 NÃO
456	SUPLEMENTO ALIMENTAR, COMPOSTO LÁCTEO COM VITAMINAS E MINERAIS COM CÁLCIO, PROTEÍNAS, VITAMINA D E OUTROS NUTRIENTES ESSENCIAIS. RICO EM VITAMINAS C, D, B12, CÁLCIO, SELÊNIO E ZINCO. FONTE DE PROTEÍNAS, VITAMINAS A, E, K, B1, B5, B6, B7, COBRE, FÓSFORO E MAGNÉSIO. NÃO CONTÉM GLÚTEN. ODENDO SER RECONSTITUÍDO COM ÁGUA OU SER ADICIONADO AO FINAL DE RECEITAS DOCES E SALGADAS. SEM SABOR, LATA 740G, ADULTO 50+	LATA	360	R$ 161,92	R$ 58.290,00	SIM

457	SUPLEMENTO ALIMENTAR, COMPOSTO LÁCTEO COM VITAMINAS E MINERAIS COM CÁLCIO, PROTEÍNAS, VITAMINA D E OUTROS NUTRIENTES ESSENCIAIS. RICO EM VITAMINAS C, D, B12, CÁLCIO, SELÊNIO E ZINCO. FONTE DE PROTEÍNAS, VITAMINAS A, E, K, B1, B5, B6, B7, COBRE, FÓSFORO E MAGNÉSIO. NÃO CONTÉM GLÚTEN. ODENDO SER RECONSTITUÍDO COM ÁGUA OU SER ADICIONADO AO FINAL DE RECEITAS DOCES E SALGADAS. **ZERO LACTOSE,** SEM SABOR, LATA 740G, ADULTO 50+	LATA	360	R$ 195,42	R$ 70.350,00	SIM
458	SUPLEMENTO NUTRICIONALMENTE COMPLETO, COM NUTRIENTES QUE AUXILIAM NO FORTALECIMENTO DOS MÚSCULOS E OSSOS, ALTO TEOR PROTEÍNAS, VITAMINA D E CÁLCIO, VITAMINA C, ZINCO E VITAMINA B12, SEM SABOR, ZERO LACTOSE. LATA 700G	LATA	120	R$ 195,42	R$ 23.450,00	SIM
459	TARTARATO DE BRIMONIDINA 0,15% 5ML	FRASCO	60	R$ 44,00	R$ 2.639,80	SIM
460	TARTARATO DE BRIMONIDINA 0,2% + MALEATO DE TIMOLOL 0,5% 10ML	FRASCO	80	R$ 100,50	R$ 8.040,00	SIM
461	TELMISARTANA 80MG + HIDROCLOROTIAZIDA12,5MG	COMPRIMIDO	1.440	R$ 1,90	R$ 2.736,00	SIM
462	TOPIRAMATO 100MG COMPRIMIDOS REVESTIDOS	COMPRIMIDO	1.440	R$ 0,48	R$ 691,20	SIM
463	TOPIRAMATO 50MG COMPRIMIDOS REVESTIDOS	COMPRIMIDO	720	R$ 0,48	R$ 345,60	SIM
464	TRIMETAZIDINA 35MG COMPRIMIDOS DE LIBERAÇÃO PROLONGADA	COMPRIMIDO	1.440	R$ 2,01	R$ 2.894,40	SIM
465	VALPROATO DE SÓDIO + ÁCIDO VALPROICO 500MG COMPRIMIDOS REVESTIDOS DE LIBERAÇÃO PROLONGADA	COMPRIMIDO	3.600	R$ 3,34	R$ 12.024,00	SIM
466	VALPROATO DE SODIO 50MG/ML FRASCO C/100ML	FRASCO	200	R$ 7,68	R$ 1.536,67	SIM
467	VALSARTANA 160MG + ANLODIPINO 5MG	COMPRIMIDO	1.440	R$ 2,74	R$ 3.940,80	SIM
468	VALSARTANA 160MG COMPRIMIDOS	COMPRIMIDO	1.440	R$ 0,78	R$ 1.128,00	SIM
469	VALSARTANA 320MG COMPRIMIDOS	COMPRIMIDO	1.440	R$ 1,28	R$ 1.848,00	SIM
470	VILDAGLIPTINA 50MG + CLORIDRATO DE METFORMINA 1.000MG C/56 COMPRIMIDOS REVESTIDOS	COMPRIMIDO	1.344	R$ 3,91	R$ 5.255,04	SIM
471	DOBESILATO DE CALCIO 500MG	CAPSULA	1.440	R$ 4,02	R$ 5.788,80	SIM
	MATERIAIS E INSUMOS FARMÁCIA BÁSICA					
472	AGULHA PARA CANETA DE INSULINA 4MM 32G C/100 UNIDADES	CAIXA	250	R$ 39,08	R$ 9.770,83	SIM
473	CANETA PARA APLICAÇÃO DE INSULINA REUTILIZÁVEL COMPATÍVEL COM CARPULE 3ML	UNIDADE	70	R$ 234,50	R$ 16.415,00	SIM

474	SISTEMA FLASH DE MONITORAMENTO DE GLICOSE COM SENSOR	UNIDADE	60	R$ 543,82	R$ 32.629,00	SIM
	ITENS ODONTOLOGICOS					
475	FIO DE SUTURA AGULHADO DE SEDA 3.0 CX C/24 UND	CX	100	R$ 56,12	R$ 5.611,67	SIM
476	FIO DE SUTURA AGULHADO DE SEDA 4.0 CX C/24 UND	CX	100	R$ 56,12	R$ 5.611,67	SIM
477	FIO DE SUTURA AGULHADO DE SEDA REABSORVÍVEL CX C/ 24 UND	CX	100	R$ 56,12	R$ 5.611,67	SIM
478	AGULHA GENGIVAL PARA SERINGA CÁRPULE 27G CX C/ 100 UND	CX	50	R$ 34,88	R$ 1.744,17	SIM
479	AGULHA GENGIVAL PARA SERINGA CÁRPULE CURTA CX C/ 100 UND	CX	100	R$ 34,88	R$ 3.488,33	SIM
480	AGULHA GENGIVAL PARA SERINGA CÁRPULE EXTRA CURTA CX C/ 100 UND	CX	100	R$ 34,88	R$ 3.488,33	SIM
481	AGULHA GENGIVAL PARA SERINGA CÁRPULE 30G CX C/ 100 UND	CX	50	R$ 34,88	R$ 1.744,17	SIM 58
482	SUGADOR DESCARTÁVEL PCT COM 40 UND	PCT	1000	R$ 7,43	R$ 7.433,33	SIM
483	SUGADOR CIRÚRGICO ESTERIL DESCARTÁVEL PCT COM 20 UND	PCT	500	R$ 25,78	R$ 12.891,67	SIM
484	REVELADOR DE FILME RAIO X - ODONTOLOGICO	UND	80	R$ 16,53	R$ 1.322,67	SIM
485	FIXADOR PARA RAIO X COM 500ML	UND	80	R$ 18,96	R$ 1.516,80	SIM
486	FILME RADIOGRÁFICO INTRA ORAL ADULTO CX. COM 150	CX	10	R$ 367,04	R$ 3.670,37	SIM
487	FILME RADIOGRÁFICO INTRA ORAL INFANTIL CX. COM 100	CX	10	R$ 376,13	R$ 3.761,33	SIM
488	COLGADURA PARA RADIOGRAFIA	UND	100	R$ 9,40	R$ 940,33	SIM
489	CÂMARA REVELADORA DE RADIOGRAFIA	UND	6	R$ 503,53	R$ 3.021,20	SIM
490	KIT DE POSICIONADOR FILME CONE INDICATOR AUTOCLAVÁVEL	KIT	6	R$ 145,60	R$ 873,60	SIM
491	AFASTADOR LABIAL LATERAL EM V	UND	40	R$ 39,43	R$ 1.577,33	SIM
492	AFASTADOR LABIAL E BOCHECHA	UND	20	R$ 29,58	R$ 591,53	SIM
493	AFASTADOR LABIAL EXPANDEX ADULTO	UND	50	R$ 29,58	R$ 1.478,83	SIM
494	AFASTADOR LABIAL EXPANDEX INFANTIL	UND	50	R$ 24,12	R$ 1.205,83	SIM
495	SINDESMÓTOMO	UND	20	R$ 31,09	R$ 621,87	SIM
496	CURETA DE LUCAS	UND	20	R$ 38,23	R$ 764,60	SIM
497	ALVANCAS RETA DE SELDIN	UND	20	R$ 76,59	R$ 1.531,87	SIM

498	ALVANCA DE SELDIN 1R	UND	20	R$ 76,35	R$ 1.527,07	SIM
499	ALVANCAS DE SELDIN 1L	UND	20	R$ 68,25	R$ 1.365,00	SIM
500	FORCEPS Nº 150	UND	20	R$ 68,25	R$ 1.365,00	SIM
501	FORCEPS Nº 151	UND	20	R$ 68,25	R$ 1.365,00	SIM
502	FORCEPS Nº 17	UND	20	R$ 68,25	R$ 1.365,00	SIM
503	FORCEPS Nº 18L	UND	20	R$ 68,25	R$ 1.365,00	SIM
504	FORCEPS Nº 19R	UND	20	R$ 68,25	R$ 1.365,00	SIM
505	FORCEPS Nº 69	UND	20	R$ 68,25	R$ 1.365,00	SIM
506	FORCEPS Nº 67	UND	20	R$ 68,25	R$ 1.365,00	SIM
507	FORCEPS Nº 222	UND	20	R$ 131,95	R$ 2.639,00	SIM
508	FORCEPS Nº 16	UND	20	R$ 68,25	R$ 1.365,00	SIM
509	FORCEPS Nº 23	UND	20	R$ 94,03	R$ 1.880,67	SIM
510	FORCEPS Nº 1	UND	20	R$ 94,03	R$ 1.880,67	SIM
511	FORCEPS Nº 18D	UND	20	R$ 131,95	R$ 2.639,00	SIM
512	ALAVANCA APICAL 304	UND	20	R$ 28,67	R$ 573,33	SIM
513	ALAVANCA APICAL 304	UND	2	R$ 28,67	R$ 57,33	SIM
514	ALVEOLÓTOMO	UND	20	R$ 186,55	R$ 3.731,00	SIM
515	CABO DE BISTURI ADULTO	UND	20	R$ 10,31	R$ 206,27	SIM
516	CABO DE BISTURI INFANTIL	UND	20	R$ 14,33	R$ 286,60	SIM
517	ALAVANCA APEXO	UND	20	R$ 113,75	R$ 2.275,00	SIM
518	DESCOLADOR DE MOLTE N 9	UND	20	R$ 83,42	R$ 1.668,33	SIM
519	DESCOLADOR DE MOLTE N 2-4	UND	20	R$ 107,68	R$ 2.153,67	SIM
520	PORTA AGULHA DE MATIEU	UND	40	R$ 115,27	R$ 4.610,67	SIM
521	PORTA AGULHA DE MYO HEGAR	UND	40	R$ 51,57	R$ 2.062,67	SIM
522	CABO P/ ESPELHO PLANO	UND	40	R$ 11,38	R$ 455,07	SIM
523	ESPELHO PLANO Nº5	UND	60	R$ 7,05	R$ 423,20	SIM
524	PINÇA CLÍNICA	UND	40	R$ 15,47	R$ 618,80	SIM
525	TESOURA RETA	UND	40	R$ 18,05	R$ 722,00	SIM
526	TESOURA CURVA	UND	40	R$ 18,96	R$ 758,40	SIM
527	ESCAVADOR DE DENTINA DUPLO Nº 5	UND	40	R$ 21,99	R$ 879,73	SIM
528	ESCAVADOR DE DENTINA DUPLO Nº 19	UND	20	R$ 23,51	R$ 470,20	SIM
529	ESCAVADOR DE DENTINA DUPLO Nº 20	UND	20	R$ 23,51	R$ 470,20	SIM

530	SERINGA CARPULE	UND	40	R$ 74,32	R$ 2.972,67	SIM
531	SONDA EXPLORADORA	UND	40	R$ 36,40	R$ 1.456,00	SIM
532	BANDEJA EM INOX RETANGULAR AUTOCLAVÁVEL 22X9X1,5CM	UND	40	R$ 45,50	R$ 1.820,00	SIM
533	PLACA DE VIDRO 10MM	UND	40	R$ 27,30	R$ 1.092,00	SIM
534	HOLLEMBACK	UND	40	R$ 24,27	R$ 970,67	SIM
535	SONDA WHO OMS	UND	40	R$ 94,03	R$ 3.761,33	SIM
536	CORTANTE DE BLACK	UND	40	R$ 27,30	R$ 1.092,00	SIM
537	ESPÁTULA DE INSERÇÃO Nº1	UND	40	R$ 27,30	R$ 1.092,00	SIM
538	ESPÁTULA Nº24	UND	40	R$ 25,78	R$ 1.031,33	SIM
539	ESPÁTULA DE PLÁSTICO PARA IONÔMERO	UND	40	R$ 4,40	R$ 176,00	SIM
540	KIT ESPÁTULAS PARA RESINAS	KIT	40	R$ 98,58	R$ 3.943,33	SIM
541	CURETAS RASPAGEM PERIODONTAL DE GRACEY 5/6	UND	20	R$ 95,55	R$ 1.911,00	SIM
542	CURETAS RASPAGEM PERIODONTAL DE GRACEY 7/8	UND	20	R$ 95,55	R$ 1.911,00	SIM
543	CURETAS RASPAGEM PERIODONTAL DE GRACEY 11/12	UND	20	R$ 95,55	R$ 1.911,00	SIM
544	CURETAS RASPAGEM PERIODONTAL DE GRACEY 13/14	UND	20	R$ 95,55	R$ 1.911,00	SIM
545	CURETAS RASPAGEM PERIODONTAL DE GRACEY 15/16	UND	20	R$ 95,55	R$ 1.911,00	SIM
546	CURETAS RASPAGEM PERIODONTAL DE GRACEY 17/18	UND	20	R$ 95,55	R$ 1.911,00	SIM
547	CURETAS RASPAGEM PERIODONTAL DE MCCALL 13/14	UND	20	R$ 98,58	R$ 1.971,67	SIM
548	CURETAS RASPAGEM PERIODONTAL DE MCCALL 17/18	UND	20	R$ 98,58	R$ 1.971,67	SIM
549	CURETA RASPAGEM PERIODONTAL FOICE PONTA MORSE Nº 0-00	UND	20	R$ 109,20	R$ 2.184,00	SIM
550	PEDRA ARKANSAR FINA FG	UND	20	R$ 33,37	R$ 667,33	SIM
551	PONTAS DE ULTRASSOM	UND	20	R$ 242,67	R$ 4.853,33	SIM
552	AFASTADOR LABIAL OPTRAGATE ADULTO SILICONE	UND	40	R$ 586,95	R$ 23.478,00	SIM
553	AFASTADOR LABIAL OPTRAGATE INFANTIL SILICONE	UND	40	R$ 586,95	R$ 23.478,00	SIM
554	PONTA DIAMNATADA Nº 1012F	UND	100	R$ 20,48	R$ 2.047,67	SIM

555	PONTA DIAMNATADA Nº 1012HL	UND	100	R$ 15,02	R$ 1.501,67	SIM
556	PONTA DIAMNATADA Nº 1014	UND	100	R$ 15,02	R$ 1.501,67	SIM
557	PONTA DIAMNATADA Nº 1014F	UND	100	R$ 15,02	R$ 1.501,67	SIM
558	PONTA DIAMNATADA Nº 1014HL	UND	100	R$ 11,38	R$ 1.137,67	SIM
559	PONTA DIAMNATADA Nº 1016	UND	100	R$ 15,02	R$ 1.501,67	SIM
560	PONTA DIAMNATADA Nº 1016F	UND	100	R$ 15,02	R$ 1.501,67	SIM
561	PONTA DIAMNATADA Nº 1016HL	UND	100	R$ 15,02	R$ 1.501,67	SIM
562	PONTA DIAMNATADA Nº 1035	UND	100	R$ 15,02	R$ 1.501,67	SIM
563	PONTA DIAMNATADA Nº 1090	UND	100	R$ 15,02	R$ 1.501,67	SIM
564	PONTA DIAMNATADA Nº 1093	UND	100	R$ 15,02	R$ 1.501,67	SIM
565	PONTA DIAMNATADA Nº 1112F	UND	100	R$ 11,38	R$ 1.137,67	SIM
566	PONTA DIAMNATADA Nº 2135	UND	100	R$ 20,48	R$ 2.047,67	SIM
567	PONTA DIAMNATADA Nº 2135FF	UND	100	R$ 15,02	R$ 1.501,67	SIM
568	PONTA DIAMNATADA Nº 2136	UND	100	R$ 15,02	R$ 1.501,67	SIM
569	PONTA DIAMNATADA Nº 2143	UND	100	R$ 15,02	R$ 1.501,67	SIM
570	PONTA DIAMNATADA Nº 2200	UND	100	R$ 15,02	R$ 1.501,67	SIM
571	PONTA DIAMANTADA Nº 3018	UND	100	R$ 15,02	R$ 1.501,67	SIM
572	PONTA DIAMNATADA Nº 3082	UND	100	R$ 15,02	R$ 1.501,67	SIM
573	PONTA DIAMNATADA Nº 3083	UND	100	R$ 15,02	R$ 1.501,67	SIM
574	PONTA DIAMNATADA Nº 3118FF	UND	40	R$ 15,02	R$ 600,67	SIM
575	PONTA DIAMNATADA Nº3145	UND	100	R$ 15,02	R$ 1.501,67	SIM
576	PONTA DIAMNATADA Nº 3166FF	UND	100	R$ 15,02	R$ 1.501,67	SIM
577	PONTA DIAMNATADA Nº 3166F	UND	100	R$ 15,02	R$ 1.501,67	SIM
578	PONTA DIAMNATADA Nº 3168	UND	100	R$ 15,02	R$ 1.501,67	SIM
579	PONTA DIAMNATADA Nº 3195F	UND	100	R$ 15,02	R$ 1.501,67	SIM
580	PONTA DIAMNATADA Nº 3203	UND	100	R$ 15,02	R$ 1.501,67	SIM
581	BROCA FRESAS Nº 4 PARA ALTA ROTAÇÃO	UND	100	R$ 97,07	R$ 9.706,67	SIM
582	BROCA FRESAS Nº 5 PARA ALTA ROTAÇÃO	UND	100	R$ 97,07	R$ 9.706,67	SIM
583	BROCA FRESAS Nº 8 PARA ALTA ROTAÇÃO	UND	100	R$ 97,07	R$ 9.706,67	SIM
584	BROCA FRESAS Nº 284 PARA ALTA ROTAÇÃO	UND	100	R$ 97,07	R$ 9.706,67	SIM
585	BROCA FRESAS Nº 557PARA ALTA ROTAÇÃO	UND	100	R$ 97,07	R$ 9.706,67	SIM
586	BROCA FRESAS Nº 1557 PARA ALTA ROTAÇÃO	UND	*100*	R$ 97,07	R$ 9.706,67	SIM

587	BROCA FRESAS CIRURGICA Nº 1C	UND	100	R$ 97,07	R$ 9.706,67	SIM
588	BROCA FRESAS CIRURGICA Nº 4C	UND	100	R$ 97,07	R$ 9.706,67	SIM
589	BROCA FRESAS CIRURGICA Nº 5C	UND	100	R$ 97,07	R$ 9.706,67	SIM
590	BROCA FRESAS CIRURGICA Nº 8C	UND	100	R$ 97,07	R$ 9.706,67	SIM
591	BROCA FRESAS CIRURGICA Nº 701	UND	100	R$ 97,07	R$ 9.706,67	SIM
592	BROCA FRESAS CIRURGICA Nº 702	UND	100	R$ 97,07	R$ 9.706,67	SIM
593	BROCAS MULTILAMINADAS 12 LÂMINAS 283	UND	100	R$ 86,45	R$ 8.645,00	SIM
594	BROCAS MULTILAMINADAS 12 LÂMINAS 284	UND	100	R$ 86,45	R$ 8.645,00	SIM
595	BROCAS MULTILAMINADAS 12 LÂMINAS 7283	UND	100	R$ 86,45	R$ 8.645,00	SIM
596	BROCAS MULTILAMINADAS 12 LÂMINAS 7285	UND	100	R$ 86,45	R$ 8.645,00	SIM
597	BROCAS MULTILAMINADAS 12 LÂMINAS 7714	UND	100	R$ 86,45	R$ 8.645,00	SIM
598	BROCAS MULTILAMINADAS 12 LÂMINAS 7903	UND	100	R$ 86,45	R$ 8.645,00	SIM
599	BROCA CARBIDE FG ZEKRYA 23MM	UND	100	R$ 54,60	R$ 5.460,00	SIM
600	KIT ACABAMENTO ODONTOLOGICO GRAMA FINA	KIT	100	R$ 77,09	R$ 7.709,33	SIM
601	BROCA MULTILAMINADA PARA POLIMENTO RESINA	UND	100	R$ 54,97	R$ 5.496,67	SIM
602	LIMA K-FILE Nº 8 21MM CX C/ 6 UND	CX	20	R$ 47,02	R$ 940,33	SIM
603	LIMA K-FILE Nº 10 21MM CX C/ 6 UND	CX	20	R$ 47,02	R$ 940,33	SIM
604	LIMA K-FILE Nº 15 21MM CX C/ 6 UND	CX	20	R$ 47,02	R$ 940,33	SIM
605	EXTIRPA NERVO 21MM CX C/ 6 UND	CX	20	R$ 53,08	R$ 1.061,67	SIM
606	SOLUÇÃO DE MILTOM HIPOCLORITO DE SÓDIO 1% 1LT	UND	40	R$ 19,75	R$ 790,00	SIM
607	TESTE DE VITALIDADE PULPAR 200ML	UND	40	R$ 47,02	R$ 1.880,67	SIM
608	REGUA DE ENDODONTIA MILIMETRADA	UND	20	R$ 29,58	R$ 591,53	SIM
609	CIMENTO OBTURADOR PROVISORIO	UND	60	R$ 80,76	R$ 4.845,80	SIM
610	PARAMONOCLOROFENOLCANFORADO PMCC	UND	20	R$ 36,40	R$ 728,00	SIM
611	KIT IONOMERO DE VIDRO PÓ/LIQUIDO COR A2 FORRADOR	KIT	40	R$ 103,13	R$ 4.125,33	SIM
612	KIT IONOMERO DE VIDRO PÓ/LIQUIDO COR A3 FORRADOR	KIT	40	R$ 103,13	R$ 4.125,33	SIM
613	KIT IONOMERO DE VIDRO PÓ/LIQUIDO A2 RESTAURADOR	KIT	200	R$ 109,20	R$ 21.840,00	SIM
614	KIT IONOMERO DE VIDRO PÓ/LIQUIDO COR A3 RESTAURADOR	KIT	200	R$ 110,72	R$ 22.143,33	SIM

615	KIT DE ESCOVA DENTAL COM PASTA DENTAL, E ESCOVA DENTAL FIO DENTAL INFANTIL	KIT	4000	R$ 5,39	R$ 21.546,67	SIM
616	KIT DE ESCOVA DENTAL COM PASTA DENTAL, E ESCOVA DENTAL FIO DENTAL ADULTO	KIT	1000	R$ 5,39	R$ 5.386,67	SIM
617	PEDRA POMES	UND	40	R$ 5,53	R$ 221,07	SIM
618	PASTA PROFILÁTICA BISNAGA 90G	UND	100	R$ 6,89	R$ 689,00	SIM
619	FIO DENTAL 100 MT	UND	50	R$ 6,83	R$ 341,33	SIM
620	ESCOVA DE ROBINSON	UND	3000	R$ 3,18	R$ 9.550,00	SIM
621	MOLDEIRAS DESCARTÁVEL PARA APLICAÇÃO DE FLÚOR GEL TAMANHO M - EXCLUSIVO PARA ME/EPP	UND	800	R$ 48,53	R$ 38.826,67	SIM
622	MOLDEIRAS DESCARTÁVEL PARA APLICAÇÃO DE FLÚOR GEL TAMANHO M	UND	3.200	R$ 48,53	R$ 155.306,67	NÃO
623	MOLDEIRAS DESCARTÁVEL PARA APLICAÇÃO DE FLÚOR GEL TAMANHO G - EXCLUSIVO PARA ME/EPP	UND	400	R$ 48,53	R$ 19.413,33	SIM
624	MOLDEIRAS DESCARTÁVEL PARA APLICAÇÃO DE FLÚOR GEL TAMANHO G	UND	1.600	R$ 48,53	R$ 77.653,33	NÃO
625	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL MICROHÍBRIDA COR A1	UND	10	R$ 20,63	R$ 206,27	SIM
626	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL MICROHÍBRIDA COR A2	UND	50	R$ 20,63	R$ 1.031,33	SIM
627	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL MICROHÍBRIDA COR A3	UND	50	R$ 20,63	R$ 1.031,33	SIM
628	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL MICROHÍBRIDA COR A3,5	UND	50	R$ 20,63	R$ 1.031,33	SIM
629	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL MICROHÍBRIDA COR A4	UND	50	R$ 20,63	R$ 1.031,33	SIM
630	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL MICROHÍBRIDA COR UD UNIVERSAL	UND	50	R$ 20,63	R$ 1.031,33	SIM
631	FOTOPOLIMERIZÁVEL RESINA MICROHÍBRIDA COR B2	UND	50	R$ 20,63	R$ 1.031,33	SIM
632	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL MICROHÍBRIDA COR B3	UND	50	R$ 20,63	R$ 1.031,33	SIM
633	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL MICROHÍBRIDA COR D2	UND	50	R$ 20,63	R$ 1.031,33	SIM
634	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL MICROHÍBRIDA COR C2	UND	20	R$ 20,63	R$ 412,53	SIM
635	RESINA FLUIDA/COMPOSTA DE BAIXA VISCOSIDADE FOTOPOLIMERIZAVEL RESINA	UND	20	R$ 73,56	R$ 1.471,20	SIM

	FOTOPOLIMERIZÁVEL COR A3					
636	RESINA FLUIDA/COMPOSTA DE BAIXA VISCOSIDADE FOTOPOLIMERIZAVEL RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL COR A3,5	UND	20	R$ 73,56	R$ 1.471,20	SIM
637	SELANTE DE CICATRÍCULAS E FISSURAS FOTOPOLIMERIZAVEL	UND	20	R$ 0,00	R$ 1.173,93	SIM
638	ÁCIDO FOSFORICO 37% PCT. COM 3	UND	100	R$ 0,00	R$ 500,33	SIM
639	ADESIVO SINGLE BOND	UND	200	R$ 263,90	R$ 52.780,00	SIM
640	LIXA DE POLIESTER ACABAMENTO E POLIMENTO P/ REST. DE RESINA CX C. 100 UNIDADES	CX	50	R$ 24,86	R$ 1.243,17	SIM
641	LIXA DE AÇO 4MM P/ ACABAMENTO CX. C/ 12 UND	CX	50	R$ 19,11	R$ 955,50	SIM
642	LIXA DE AÇO 4MM P/ ACABAMENTO CX. C/ 12 UND	CX	50	R$ 19,11	R$ 955,50	SIM
643	LIXA SERRILHADA	UND	100	R$ 43,98	R$ 4.398,33	SIM
644	FITA MATRIZ DE AÇO 5MM	UND	50	R$ 5,87	R$ 293,50	SIM
645	FITA MATRIZ DE AÇO 7MM	UND	50	R$ 5,87	R$ 293,50	SIM
646	FITA MATRIZ/TIRA DE POLIÉSTER PARA RESINA MATRIZ PARA RESINA TRANSPARENTE	UND	50	R$ 2,35	R$ 117,67	SIM
647	MICROBRUSH MÉDIO PACOTE COM 100 TAMANHO REGULAR	PCT	300	R$ 21,99	R$ 6.598,00	SIM
648	MICROBRUSH MÉDIO PACOTE COM 100 TAMANHO MEDIO	PCT	300	R$ 21,99	R$ 6.598,00	SIM
649	PASTA DIAMANTADA PARA ACABAMENTO E POLIMENTO DE RESINAS COMPOSTAS	UND	50	R$ 117,54	R$ 5.877,17	SIM
650	FOPOLIMERIZADOR	UND	4	R$ 894,83	R$ 3.579,33	SIM
651	VASELINA SOLIDA 90GR	UND	50	R$ 22,75	R$ 1.137,50	SIM
652	BICARBONATO DE SODIO EXTRA FINO	UND	50	R$ 98,58	R$ 4.929,17	SIM
653	PAPEL CARBONO CANTACTO 60 MICRAS	UND	400	R$ 13,38	R$ 5.352,00	SIM
654	CUNHA ANATÔMICA DE MADEIDA COM 100 UNIDADES	PCT	50	R$ 16,03	R$ 801,67	SIM
655	CUNHA ANATÔMICA TRANSPARENTE COM 100 UNIDADES	PCT	50	R$ 75,08	R$ 3.753,83	SIM
656	BABADOR PACOTE COM 100	PCT	5000	R$ 13,09	R$ 65.433,33	SIM
657	JACARÉ PRENDEDOR DE AVENTAL	UND	20	R$ 13,23	R$ 264,53	SIM
658	EVIDENCIADOR DE PLACA BACTERIANA PASTILHAS - EXCLUSIVO PARA ME/EPP	UND	100	R$ 28,06	R$ 2.806,00	SIM
659	EVIDENCIADOR DE PLACA BACTERIANA PASTILHAS	UND	400	R$ 28,06	R$ 11.224,00	NÃO

660	SOLUÇÃO HEMOSTÁTICA	UND	80	R$ 23,96	R$ 1.917,07	SIM
661	ALGODÃO EM ROLETE PACOTE C/ 100 UND.	PCT	500	R$ 3,79	R$ 1.896,67	SIM
662	LIGA DE PRATA PARA AMALGAMA EM CAPSULA 2 PORCOES	UND	50	R$ 571,78	R$ 28.589,17	SIM
663	DETERGENTE ENZIMÁTICO 5lt	UND	200	R$ 28,82	R$ 5.763,33	SIM
664	DEGERMANTE PARA LAVAR MÃOS	UND	200	R$ 2,88	R$ 576,67	SIM
665	CIMENTO CIRÚRGICO PASTA E BASE	UND	20	R$ 61,43	R$ 1.228,53	SIM
666	CAMPO CIRÚRGICO PARA MESA DE MAYO	UND	2000	R$ 28,67	R$ 57.333,33	SIM
667	ESPONJA HEMOSTATICA	UND	50	R$ 72,80	R$ 3.640,00	SIM
668	CARIOSTATICO	UND	100	R$ 133,47	R$ 13.346,67	SIM
669	LAVADOURA CUBA ULTRASSONICA; TECNOLOGIA: LIMPEZA POR CAVITAÇÃO ULTRASSÔNICA;MATERIAL DA CUBA: AÇO INOXIDÁVEL; CAPACIDADE ÚTIL MÍNIMA:3LTS; FREQUÊNCIA ULTRASSÔNICA: 42 KHZ; POTÊNCIA ULTRASSÔNICA: 160 A 170 W;CONTROLE DE TEMPO: ELETRÔNICO/DIGITAL, COM PROGRAMAÇÃO DO CICLO;CONTROLE DE TEMPERATURA: ELETRÔNICO/DIGITAL, QUANDO EXIGIDO; DRENO:SIM; TAMPA: SIM; CESTO/SUPORTE INTERNO:SIM; ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA: 220 VCONFORME DISPONIBILIDADE DO LOCAL; PAINEL DE COMANDO: DIGITAL OU ELETRÔNICO, DE FÁCIL OPERAÇÃO;EQUIPAMENTO: NOVO, DE PRIMEIRO USO;MANUAL DE OPERAÇÃO: EM LÍNGUA PORTUGUESA;GARANTIA: MÍNIMA DE 12 MESES.	UND	4	R$ 1.501,50	R$ 6.006,00	65 SIM
670	BOMBA DE VÁCUO.SISTEMA DE SUCÇÃO DE ALTA POTÊNCIA PARA4CONSULTÓRIOS ODONTOLÓGICOS. APRESENTANDO VAZÃO DE AR 220 A 300 LITROS/MINUTOS, CONSUMO DE ÁGUA IGUAL OU APROXIMADO A 400 ML/MIN, NÍVEL DE VÁCUO IGUAL OU APROXIMADO DE 500 MMHG, POTÊNCIA 1 HP E DIMENSÕES PRÓXIMAS A 25X35X35 (LXAXP). VOLTAGEM: BIVOLT 110/220V.	UND	4	R$ 2.938,33	R$ 11.753,33	SIM

671	APARELHO ULTRASSOM ODONTOLÓGICO REMOVEDOR DE TARTARO, DESTINADO À UTILIZAÇÃO EM PROCEDIMENTOS ODONTOLÓGICOS DE PROFILAXIA, PERIODONTIA E REMOÇÃO DE DEPÓSITOS DE CÁLCULO DENTAL, INCLUINDO TODOS OS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS AO SEU PLENO FUNCIONAMENTO, MESMO QUE NÃO ESTEJAM INDIVIDUALMENTE DESCRITOS. - APARELHO DE ULTRASSOM ODONTOLÓGICO NOVO, DE PRIMEIRO USO, SEM SINAIS DE UTILIZAÇÃO ANTERIOR; - SISTEMA DE ULTRASSOM COM TECNOLOGIA PIEZOELÉTRICA OU TECNOLOGIA EQUIVALENTE, APROPRIADA PARA USO ODONTOLÓGICO; FREQUÊNCIA DE OPERAÇÃO COMPATÍVEL COM PROCEDIMENTOS DE PERIODONTIA E REMOÇÃO DE CÁLCULO, PREFERENCIALMENTE NA FAIXA DE 25 A 35 KHZ, OU FAIXA TECNICAMENTE EQUIVALENTE; -CONTROLE ELETRÔNICO DE POTÊNCIA, PERMITINDO AJUSTE DA INTENSIDADE DE TRABALHO CONFORME O PROCEDIMENTO ODONTOLÓGICO; -SISTEMA DE IRRIGAÇÃO/REFRIGERAÇÃO INTEGRADO, DESTINADO AO FORNECIMENTO DE ÁGUA DURANTE O FUNCIONAMENTO; -CONTROLE OU REGULAGEM DO FLUXO DE IRRIGAÇÃO; -PEÇA DE MÃO ODONTOLÓGICA ERGONÔMICA E AUTOCLAVÁVEL, COMPATÍVEL COM ESTERILIZAÇÃO EM AUTOCLAVE, CONFORME ORIENTAÇÃO DO FABRICANTE; -SISTEMA DE CONEXÃO QUE PERMITA A UTILIZAÇÃO DE PONTAS/INSERTS ODONTOLÓGICOS COMPATÍVEIS; -ACOMPANHA, NO MÍNIMO, 03 (TRÊS) PONTAS/INSERTS, ADEQUADOS PARA PROCEDIMENTOS DE REMOÇÃO DE CÁLCULO DENTAL; -AS PONTAS/INSERTS DEVERÃO SER APROPRIADOS PARA PROCEDIMENTOS ODONTOLÓGICOS E COMPATÍVEIS COM A PEÇA DE MÃO FORNECIDA; -COMANDOS DE FÁCIL ACESSO E OPERAÇÃO; - SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA SOBREAQUECIMENTO E DEMAIS DISPOSITIVOS DE SEGURANÇA PREVISTOS PELO FABRICANTE; -ESTRUTURA CONFECCIONADA EM MATERIAL RESISTENTE, DE FÁCIL LIMPEZA E DESINFECÇÃO; - FUNCIONAMENTO ADEQUADO PARA USO CONTÍNUO DURANTE OS PROCEDIMENTOS ODONTOLÓGICOS; - ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA EM 220 V, CONFORME SOLICITAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO, OU EQUIPAMENTO BIVOLT AUTOMÁTICO; -POTÊNCIA E DEMAIS PARÂMETROS ELÉTRICOS COMPATÍVEIS COM A INSTALAÇÃO ELÉTRICA DO ESTABELECIMENTO; -CABO DE ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA ADEQUADO AO EQUIPAMENTO; -MANGUEIRA/TUBULAÇÃO E DEMAIS COMPONENTES NECESSÁRIOS AO SISTEMA DE IRRIGAÇÃO; -RESERVATÓRIO DE ÁGUA INTEGRADO OU SISTEMA DE CONEXÃO À REDE HIDRÁULICA, CONFORME CONFIGURAÇÃO DO EQUIPAMENTO OFERTADO; -MANUAL DE OPERAÇÃO, INSTALAÇÃO, LIMPEZA E MANUTENÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA;	UND	4	R$ 8.341,67	R$ 33.366,67	SIM 66

672	CONSULTORIO ODONTOLOGICO - CADEIRA ODONTOLÓGICA COM BASE COM PEQUENA DIMENSÃO FABRICADA EM CHAPA MACIÇA DE AÇO CARBONO, COM ISOLAÇÃO POR TAPETE DE BORRACHA; ASSENTO E ENCOSTO ACIONADOS POR DOIS MOTOREDUTORES ELÉTRICOS; COMANDO DE PÉ COM OS MOVIMENTOS DE SUBIDA E DESCIDA DO ASSENTO E ENCOSTO, POSIÇÃO DE TRABALHO E VOLTA A ZERO ATRAVÉS DO ACIONAMENTO DO CONJUNTO DOS COMANDOS DO ASSENTO E ENCOSTO LIGA E DESLIGA DO REFLETOR; ESTRUTURAS DO ASSENTO E ENCOSTO PINTADAS COM TINTA DE POLIURETANO LISA, DE ALTO BRILHO; BRAÇOS DE APOIO; ESTOFAMENTO COM ESPUMA REVESTIDA COM PERFIL DE PVC; ENCOSTO DE CABEÇA COM MOVIMENTOS LONGITUDINAL E BI-ARTICULADO; PONTOS DE ALIMENTAÇÃO E LIGAÇÃO DO EQUIPO E DA UNIDADE AUXILIAR LOCALIZADOS SOB A TAMPA FRONTAL DA CADEIRA; CHAVE GERAL ENERGIZA/DESENERGIZA TODO O CONJUNTO; TRANSFORMADOR COM SELEÇÃO DE ENTRADA PARA 110/127/220V. EQUIPO: EQUIPO ODONTOLÓGICO ACOPLADO À CADEIRA; BRAÇO ARTICULADO, MOBILIDADE HORIZONTAL E VERTICAL ATÉ 50CM, COM TRAVAMENTO MANUAL; CORPO E SUPORTE DE PONTAS GIRATÓRIO NO BRAÇO DO EQUIPO; PARTES METÁLICAS; CAPAS DE CANTOS ARREDONDADOS PINTADAS COM TINTA DE POLIURETANO LISA, DE ALTO BRILHO; SELEÇÃO AUTOMÁTICA DAS PONTAS MANGUEIRAS LISAS, LEVES E FLEXÍVEIS; SUPORTE DE PONTAS EM PEÇA INDIVIDUAL POSSIBILITA AJUSTE DO ÂNGULO DE INCLINAÇÃO DAS PEÇAS DE MÃO; TERMINAL DE PONTAS COM UMA SERINGA TRÍPLICE, BICO CURVO, REMOVÍVEL E ESTERILIZÁVEL EM AUTOCLAVE; TRÊS TERMINAIS TIPO BORDEN, SENDO DOIS PARA O ALTA ROTAÇÃO E UM PARA O BAIXA ROTAÇÃO; TORNEIRAS DO SPRAY DO ALTA ROTAÇÃO LOCALIZADAS NO PRÓPRIO CORPO DOS TERMINAIS; BANDEJA REMOVÍVEL FABRICADA EM AÇO INOX; RESERVATÓRIO DE ÁGUA COM CAPACIDADE DE 1000 ML, PARA O “SISTEMA POTÁVEL”; PEDAL ÚNICO, PNEUMÁTICO, DE ACIONAMENTO PROGRESSIVO PARA COMANDO DAS PEÇAS DE MÃO. UNIDADE AUXILIAR: UNIDADE AUXILIAR ACOPLADA A CADEIRA, PINTADA COM TINTA A BASE DE POLIURETANO, LISA DE ALTO BRILHO; CORPO CONFECCIONADO EM POLIESTIRENO; PORTA-COPOS COM SISTEMA DE ACIONAMENTO ELÉTRICO; BACIA REMOVÍVEL, CONFECCIONADA EM CERÂMICA ESMALTADA; SUPORTE DO SUGADOR COM GIRO DE 180º; INTERRUPTOR DE ACIONAMENTO ELÉTRICO PARA ÁGUA DA CUSPIDEIRA E DO PORTA-COPOS; COM DOIS SUGADORES, SENDO UM OPERADO ATRAVÉS DE BOMBA DE VÁCUO E OUTRO TIPO VENTURI, ACIONADOS AUTOMATICAMENTE; SEPARADOR DE DETRITOS, INSTALADO SOB A TAMPA FRONTAL DA CADEIRA; CAIXA DE ESGOTO BLINDADA, FABRICADA EM PVC. REFLETOR: REFLETOR ODONTOLÓGICO ACOPLADO A CADEIRA, MONOFOCAL, CABEÇOTE COM ESPELHO ESPECIAL MULTIFACETADO; INTENSIDADE DE LUZ DE 20.000 LUX; TEMPERATURA DE COR DE APROXIMADAMENTE 5.500º K; CAMPO DE ILUMINAÇÃO 8 X 18CM, A UMA DISTÂNCIA DE 70CM DO FOCO; FONTE DE LUZ COM LÂMPADA INCANDESCENTE H3 HALÓGENA, DE 12 V.A.C. E 55W; PROTETOR DA LÂMPADA EM CHAPA DE AÇO CARBONO E DO ESPELHO CONFECCIONADO EM MATERIAL TRANSPARENTE; PUXADOR ERGONÔMICO; BRAÇO TIPO PANTOGRÁFICO, CONFECCIONADO EM AÇO CARBONO FOSFATIZADO E PINTADO COM TINTA A BASE DE POLIURETANO, LISA, DE ALTO BRILHO; ARTICULAÇÕES EM AÇO CARBONO GARANTIA DE 12 MESES. - EXCLUSIVO PARA ME/EPP	UND	1	R$ 18.200,00	R$ 18.200,00	SIM 67

673	CONSULTORIO ODONTOLOGICO - CADEIRA ODONTOLÓGICA COM BASE COM PEQUENA DIMENSÃO FABRICADA EM CHAPA MACIÇA DE AÇO CARBONO, COM ISOLAÇÃO POR TAPETE DE BORRACHA; ASSENTO E ENCOSTO ACIONADOS POR DOIS MOTOREDUTORES ELÉTRICOS; COMANDO DE PÉ COM OS MOVIMENTOS DE SUBIDA E DESCIDA DO ASSENTO E ENCOSTO, POSIÇÃO DE TRABALHO E VOLTA A ZERO ATRAVÉS DO ACIONAMENTO DO CONJUNTO DOS COMANDOS DO ASSENTO E ENCOSTO LIGA E DESLIGA DO REFLETOR; ESTRUTURAS DO ASSENTO E ENCOSTO PINTADAS COM TINTA DE POLIURETANO LISA, DE ALTO BRILHO; BRAÇOS DE APOIO; ESTOFAMENTO COM ESPUMA REVESTIDA COM PERFIL DE PVC; ENCOSTO DE CABEÇA COM MOVIMENTOS LONGITUDINAL E BI-ARTICULADO; PONTOS DE ALIMENTAÇÃO E LIGAÇÃO DO EQUIPO E DA UNIDADE AUXILIAR LOCALIZADOS SOB A TAMPA FRONTAL DA CADEIRA; CHAVE GERAL ENERGIZA/DESENERGIZA TODO O CONJUNTO; TRANSFORMADOR COM SELEÇÃO DE ENTRADA PARA 110/127/220V. EQUIPO: EQUIPO ODONTOLÓGICO ACOPLADO À CADEIRA; BRAÇO ARTICULADO, MOBILIDADE HORIZONTAL E VERTICAL ATÉ 50CM, COM TRAVAMENTO MANUAL; CORPO E SUPORTE DE PONTAS GIRATÓRIO NO BRAÇO DO EQUIPO; PARTES METÁLICAS; CAPAS DE CANTOS ARREDONDADOS PINTADAS COM TINTA DE POLIURETANO LISA, DE ALTO BRILHO; SELEÇÃO AUTOMÁTICA DAS PONTAS MANGUEIRAS LISAS, LEVES E FLEXÍVEIS; SUPORTE DE PONTAS EM PEÇA INDIVIDUAL POSSIBILITA AJUSTE DO ÂNGULO DE INCLINAÇÃO DAS PEÇAS DE MÃO; TERMINAL DE PONTAS COM UMA SERINGA TRÍPLICE, BICO CURVO, REMOVÍVEL E ESTERILIZÁVEL EM AUTOCLAVE; TRÊS TERMINAIS TIPO BORDEN, SENDO DOIS PARA O ALTA ROTAÇÃO E UM PARA O BAIXA ROTAÇÃO; TORNEIRAS DO SPRAY DO ALTA ROTAÇÃO LOCALIZADAS NO PRÓPRIO CORPO DOS TERMINAIS; BANDEJA REMOVÍVEL FABRICADA EM AÇO INOX; RESERVATÓRIO DE ÁGUA COM CAPACIDADE DE 1000 ML, PARA O “SISTEMA POTÁVEL”; PEDAL ÚNICO, PNEUMÁTICO, DE ACIONAMENTO PROGRESSIVO PARA COMANDO DAS PEÇAS DE MÃO. UNIDADE AUXILIAR: UNIDADE AUXILIAR ACOPLADA A CADEIRA, PINTADA COM TINTA A BASE DE POLIURETANO, LISA DE ALTO BRILHO; CORPO CONFECCIONADO EM POLIESTIRENO; PORTA-COPOS COM SISTEMA DE ACIONAMENTO ELÉTRICO; BACIA REMOVÍVEL, CONFECCIONADA EM CERÂMICA ESMALTADA; SUPORTE DO SUGADOR COM GIRO DE 180º; INTERRUPTOR DE ACIONAMENTO ELÉTRICO PARA ÁGUA DA CUSPIDEIRA E DO PORTA-COPOS; COM DOIS SUGADORES, SENDO UM OPERADO ATRAVÉS DE BOMBA DE VÁCUO E OUTRO TIPO VENTURI, ACIONADOS AUTOMATICAMENTE; SEPARADOR DE DETRITOS, INSTALADO SOB A TAMPA FRONTAL DA CADEIRA; CAIXA DE ESGOTO BLINDADA, FABRICADA EM PVC. REFLETOR: REFLETOR ODONTOLÓGICO ACOPLADO A CADEIRA, MONOFOCAL, CABEÇOTE COM ESPELHO ESPECIAL MULTIFACETADO; INTENSIDADE DE LUZ DE 20.000 LUX; TEMPERATURA DE COR DE APROXIMADAMENTE 5.500º K; CAMPO DE ILUMINAÇÃO 8 X 18CM, A UMA DISTÂNCIA DE 70CM DO FOCO; FONTE DE LUZ COM LÂMPADA INCANDESCENTE H3 HALÓGENA, DE 12 V.A.C. E 55W; PROTETOR DA LÂMPADA EM CHAPA DE AÇO CARBONO E DO ESPELHO CONFECCIONADO EM MATERIAL TRANSPARENTE; PUXADOR ERGONÔMICO; BRAÇO TIPO PANTOGRÁFICO, CONFECCIONADO EM AÇO CARBONO FOSFATIZADO E PINTADO COM TINTA A BASE DE POLIURETANO, LISA, DE ALTO BRILHO; ARTICULAÇÕES EM AÇO CARBONO GARANTIA DE 12 MESES.	UND	4	R$ 18.200,00	R$ 72.800,00	NÃO 68

674	MOCHO ODONTOLOGICO - MOCHO ODONTOLÓGICO COM SISTEMA DE GÁS PRESSURIZADO; CINCO RODÍZIOS DUPLOS, FIXADOS NAS EXTREMIDADES DA BASE DE SUSTENTAÇÃO; ENCOSTO OSCILANTE COM MOVIMENTOS REGULÁVEIS DE AFASTAMENTO E APROXIMAÇÃO, ESTOFAMENTO CÔNCAVO; ASSENTO COM ESTOFAMENTO POUCO ESPESSO, FORMATO ANATÔMICO COM BORDA ANTERIOR ARREDONDADA; ASSENTO E ENCOSTO GIRATÓRIO; ESTOFADOS COM ESPUMA DE POLIURETANO MOLDADO E REVESTIDO COM PERFIL DE PVC EXPANDIDO. OBS.: PARA COMPATIBILIDADE NO FUNCIONAMENTO E NA INSTALAÇÃO COM GARANTIA, TODOS OS EQUIPAMENTOS DESSE ITEM DEVEM SER DE UMA ÚNICA MARCA (INDÚSTRIA FABRICANTE). APRESENTE CERTIFICAÇÃO ANVISA PARA PRODUTO. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.	UND	8	R$ 985,83	R$ 7.886,67	SIM

675	APARELHO DE RX ODONTOLOGICO; GERADOR DE RAIOS X ODONTOLÓGICO DE ALTA FREQUÊNCIA OU TECNOLOGIA EQUIVALENTE; TENSÃO NOMINAL AJUSTÁVEL, COM FAIXA MÍNIMA COMPATÍVEL COM EXAMES RADIOGRÁFICOS ODONTOLÓGICOS, PREFERENCIALMENTE ENTRE 60 E 70 KV; CORRENTE DO TUBO DE, NO MÍNIMO, 7 MA, OU TECNOLOGIA EQUIVALENTE QUE ASSEGURE ADEQUADA QUALIDADE RADIOGRÁFICA; TEMPO DE EXPOSIÇÃO AJUSTÁVEL, COM CONTROLE ELETRÔNICO E FAIXA COMPATÍVEL COM RADIOGRAFIAS INTRAORAIS; TUBO DE RAIOS X ODONTOLÓGICO COM FOCO ADEQUADO À FINALIDADE DO EQUIPAMENTO; CABEÇOTE COM BLINDAGEM APROPRIADA CONTRA RADIAÇÃO DE FUGA; COLIMADOR LIMITADOR DO CAMPO DE RADIAÇÃO, COMPATÍVEL COM RADIOGRAFIA INTRAORAL; BRAÇO ARTICULADO QUE PERMITA POSICIONAMENTO ADEQUADO DO CABEÇOTE PARA REALIZAÇÃO DOS EXAMES; COMANDO DE DISPARO COM CABO DE COMPRIMENTO ADEQUADO OU ACIONAMENTO REMOTO, PERMITINDO QUE O OPERADOR PERMANEÇA EM POSIÇÃO SEGURA DURANTE A EXPOSIÇÃO; PAINEL DE CONTROLE DE FÁCIL OPERAÇÃO, COM INDICAÇÃO DOS PARÂMETROS SELECIONADOS; POSSIBILIDADE DE AJUSTE DOS PARÂMETROS DE EXPOSIÇÃO DE ACORDO COM O TIPO DE EXAME E RECEPTOR DE IMAGEM UTILIZADO; COMPATIBILIDADE COM SISTEMAS DE RADIOGRAFIA CONVENCIONAL E/OU SISTEMAS DIGITAIS ODONTOLÓGICOS, CONFORME CONFIGURAÇÃO OFERTADA; ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA COMPATÍVEL COM A REDE ELÉTRICA DISPONÍVEL NO LOCAL DE INSTALAÇÃO, DEVENDO O LICITANTE INFORMAR A TENSÃO DE FUNCIONAMENTO; ESTRUTURA RESISTENTE, ACABAMENTO ADEQUADO PARA USO EM AMBIENTE ODONTOLÓGICO E FACILIDADE DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO; EQUIPAMENTO ACOMPANHADO DE TODOS OS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS PARA SUA INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO ADEQUADO; MANUAL DE OPERAÇÃO E INSTALAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA; ATENDIMENTO ÀS NORMAS DA ANVISA, CNEN E DEMAIS NORMAS TÉCNICAS E DE SEGURANÇA APLICÁVEIS AOS EQUIPAMENTOS DE RADIODIAGNÓSTICO ODONTOLÓGICO; DEVERÁ SER FORNECIDO COM CERTIFICADO, DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA E DEMAIS COMPROVAÇÕES EXIGIDAS PELOS ÓRGÃOS REGULADORES; GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES, CONTADOS A PARTIR DA ENTREGA/INSTALAÇÃO E ACEITAÇÃO DEFINITIVA DO EQUIPAMENTO.	UND	3	R$ 21.991,67	R$ 65.975,00	SIM 70
676	AUTOCLAVE DE 21L - AUTOCLAVE DE MESA 21 LTS, POTENCIA 1,1 KW, BIVOLT, TEMPERATURA 121°C - 127° C, PESO 29 KG, DIMENSÕES (41 CM X 35 CM X 60 CM), Tipo de Secagem - Porta entreaberta, GARANTIA DE 02 ANOS.	UND	4	R$ 5.881,63	R$ 23.526,53	SIM
677	ÓLEO P/ LUBRIFICAÇAO DE CANETA FR. 200ML	UND	50	R$ 44,74	R$ 2.237,17	SIM
TOTAL						**R$ 5.991.364,15**

VALOR TOTAL: R$ 5.991.364,15 (cinco milhões, novecentos e noventa e um mil, trezentos e sessenta e quatro reais e quinze centavos) conforme custos unitários apostos na tabela acima.

1.3Os materiais desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4O prazo de vigência da contratação é de 12(doze) meses contados da assinatura do contrato/ARP, prorrogáveis por igual período, com renovação do quantitativo inicialmente registrado.

1.5O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. A aquisição de medicamentos e insumos hospitalares através de emendas parlamentares estaduais com contrapartida do município visando o fornecimento necessário para a manutenção do atendimento do Hospital Municipal de Cezarina e Unidades Básicas de Saúde bem como as ações realizadas pela secretaria de saúde.

3. FORMA DE ENTREGA DO OBJETO

3.1 Forma de entrega do objeto: em até 05 (cinco) dias úteis a partir da solicitação formal efetuada por responsável designado pela Secretaria Municipal da Saúde.

3.2 Os itens poderão ser cotados como similares ou de igual qualidade com as descrições acima, desde que atendam as especificações mínimas solicitadas pelo setor competente, bem como as condições estabelecidas pelas normas da ANVISA, ABNT, INMETRO, conforme o caso e demais normas reguladoras do setor.

3.3 Fica a Contratada a responsabilidade de entrega dos itens. Devendo se responsabilizar por todas as despesas de envio, frete do transporte dos equipamentos, mobiliários e eletrodomésticos sempre quando for necessário.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

4.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1.1. Não haverá subcontratação.

Subcontratação

4.2. É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

4.3. Mediante autorização da Administração.

4.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.

Garantia da contratação

4.5. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

4.1 A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.
4.1.1 O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato.
4.2 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
4.3 Forma de entrega do objeto: em até 05 (cinco) dias a partir da solicitação formal efetuada por responsável designado pela Secretaria de Saúde.

Local para entrega dos serviços

4.4 O fornecimento do item será diretamente na Sede da Secretaria de Saúde, a depender do tipo do insumo, localizada no Centro de Cezarina/GO.

Materiais a serem disponibilizados

4.5 Para a perfeita execução do fornecimento, a Contratada deverá disponibilizar os medicamentos, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário e cumprindo no ato da entrega o fornecimento dos seguintes documentos:

a) No ato da entrega dos itens licitados, deverá ser comprovado os registros dos mesmos ou da notificação ou da dispensa do registro, no Ministério da Saúde/ANVISA, esta deverá ser efetuada por meio de:
a1) Cópia da Publicação no DOU – Diário Oficial da União; ou cópia emitida eletronicamente através do sítio da Agência Nacional da Vigilância Sanitária; ou
a2) Cópia da Declaração de notificação ou do Certificado de Dispensa de Registro do produto emitido pela Agência Nacional da Vigilância Sanitária.

b) Os comprovantes de Registros na ANVISA ou Certificados de Dispensa de Registro deverão ser identificados com o número do item a que se referem, a fim de facilitar a analise.
c) Ficará a cargo do proponente, provar/comprovar que o produto objeto da licitação não está sujeito ao regime da Vigilância Sanitária.

4.6 Disponibilizar número de telefone para contato e atendimento durante os 07 (sete) dias da semana e 24 (vinte e quatro) horas por dia.

4.7 O prazo de validade do (s) produtos a serem adquiridos, por ocasião de sua entrega, deverão conter no mínimo 75%(setenta e cinco por cento) do prazo total de validade previsto no produto.

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

4.8 O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido *na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990* (Código de Defesa do Consumidor).

5. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

5.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial. 73

5.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

5.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

5.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

5.6 A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

5.7 A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de montagem dos equipamentos conforme programação de eventos e festividades.

5.8 A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

5.9 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

5.10 Fiscalização Técnica

5.11 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

5.12 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

5.13 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

5.14 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

5.15 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

5.16 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

5.17 Fiscalização Administrativa

5.18 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

5.19 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

5.20 Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

5.21 A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

Gestor do Contrato

5.22 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

5.23 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

5.24 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

5.25 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

5.26 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal.

5.27 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

5.28 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

6.1 As regras para pagamento serão as estipuladas a partir do art. 141 ao 146 da lei n. 14.133/2021, desde que observados os seguintes requisitos:

6.2 Apresentação de nota fiscal de acordo com a legislação vigente à época da emissão (nota fiscal eletrônica, se for o caso), acompanhada da prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da Contratada; da prova de regularidade relava à Seguridade Social; do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, comprovando regularidade com o FGTS; e da Certidão Negava de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pela justiça do trabalho.

6.3 Inexistência de fato impeditivo para o qual tenha concorrido a Contratada;

6.4 A nota fiscal apresentada em desacordo com o estabelecido no Termo de Referência, na Nota de Empenho ou com qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento será devolvida à Contratada e nesse caso o prazo para o pagamento será interrompido e reiniciado a partir da respectiva regularização;

6.5. O pagamento somente será realizado após o recebimento definitivo do objeto pelo Município.

6.7 Ocorrendo o adimplemento da obrigação contratual, a CONTRATADA emitirá Nota Fiscal que, após a devida atestação, será objeto de pagamento a ser processado no prazo de até 30 (trinta) dias, para cada exercício, mediante Ordem Bancária creditada em conta corrente indicada pela CONTRATADA.

6.8 Havendo erro no documento de cobrança, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará pendente e o pagamento será sustado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, quaisquer ônus por parte do CONTRATANTE.

6.9 Se a CONTRATADA for optante pelo Simples Nacional, essa condição deverá ser informada na Nota Fiscal/Fatura, sob pena de ter retidos na fonte os tributos incidentes sobre a operação, relacionados no art. 13 da Lei Complementar n° 123/2006.

6.10 Nenhum pagamento será feito à CONTRATADA, caso os produtos fornecidos sejam rejeitados pela fiscalização do contrato; circunstância em que deverão ser substituídos pela CONTRATADA de modo a obter a aprovação da fiscalização.

Do recebimento

6.11 Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05(cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

6.12 O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

6.13 O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

6.14 O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

6.15 O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

6.16 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em

consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

6.16.1 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

6.16.2 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

6.16.3 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

6.16.4 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

6.16.5 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.17 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

6.18 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10(dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

6.18.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

6.18.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

6.18.3 Emitir Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

6.18.4 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

6.18.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

6.19 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.20 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

6.21 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

6.21.1 o prazo de validade;

6.21.2 a data da emissão;

6.21.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

6.21.4 o período respectivo de execução do contrato;

6.21.5 o valor a pagar; e

6.21.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.22 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

6.23 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao Registro Cadastral do município ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

6.24 A Administração deverá realizar consulta ao Registro Cadastral do Município para:

a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas).

6.25 Constatando-se, junto ao Registro Cadastral do Município, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco)

dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

6.26 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.27 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

6.28 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

6.29 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 dias, contados da finalização da liquidação da despesa.

Forma de pagamento

6.30 O pagamento será em até 30 dias após recebimento da nota fiscal realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.31 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.32 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.33 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente

6.34 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

7.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

Regime de execução

7.2 O regime de execução do contrato será para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os requisitos estipulados no Termo de Referência.

Exigências de habilitação

7.3 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

7.4 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

7.5 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.6 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

7.7 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.8 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

7.9 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.10 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

7.11 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

7.12 Ato de autorização para o exercício da atividade de montagem e instalação de equipamentos para eventos. Os serviços deverão ser executados observando as técnicas adequadas recomendadas pelo fabricante dos materiais e equipamentos, que facilitem a operação, tão como a manutenção dos bens instalados;

7.13 A empresa CONTRATADA deverá possuir todas as ferramentas, instrumentos, e equipamentos de segurança no trabalho (EPI´s) necessários à realização dos serviços;

7.14 Deverão ser seguidos todos os padrões técnicos necessários à execução dos serviços, atendendo as Normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), bem como serem obedecidas as Normas de Segurança no Trabalho principalmente aos equipamentos de proteção individual de seus funcionários;

7.15 A empresa CONTRATADA será responsável exclusiva e isoladamente pelas atividades desenvolvidas por seus funcionários nos locais de execução, bem como de viabilizar a segurança de seus funcionários nesses locais. Desonerando desde já a CONTRATANTE de qualquer obrigação trabalhista, sindical, estatutária ou qualquer outra que advenha dos serviços a serem prestados; conforme o regramento do art.66 da Lei 14.133/21.

7.16 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

7.17 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

7.18 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

7.19 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7.20 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

7.21 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.22 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal e Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

7.23 Declaração de cumprimento do art. 7º, XXXIII da CF/88.

7.24 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123 de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

7.25 Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica emitida dentro de um prazo máximo de 60 (sessenta) dias anteriores à sessão pública de processamento do pregão;

7.26 O licitante deve demonstrar um capital mínimo ou patrimônio líquido de pelo menos 5% do valor estimado do contrato. A prova do capital mínimo ou patrimônio líquido deve ser incluída na proposta do licitante e será verificada durante a avaliação das propostas.

Qualificação Técnica

7.27 Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

7.28 A Qualificação Técnica Operacional será comprovada mediante a apresentação de no mínimo 01 (um) atestado, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove aptidão para o cumprimento de fornecimentos similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, sendo este nas seguintes atividades:

- *Fornecimento de medicamentos;*
- *Fornecimento de insumos hospitalares;*
- *Fornecimento de correlatos;*

7.29 Alvará de Licença Sanitária expedido pelo órgão da Vigilância Estadual ou Municipal da sede da empresa licitante;
7.30 AF-Autorização de Funcionamento emitida pela ANVISA, devendo ser especial no caso de psicotrópicos.

8 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1 O custo estimado total da contratação é de **R$ 5.991.364,15 (cinco milhões, novecentos e noventa e um mil, trezentos e sessenta e quatro reais e quinze centavos**) conforme custos unitários apostos na *tabela acima*.

9.0 MATRIZ DE RISCO

9.1 Essa análise permite a identificação avaliação e gerenciamento dos riscos que possam comprometer o sucesso da contratação e da gestão contratual. Para cada risco identificado, defina-se: a probabilidade de ocorrência dos eventos, os possíveis danos potenciais, possíveis ações preventivas e contingências, bem como a identificação de responsáveis por ação.

9.2 A tabela a seguir apresenta uma síntese dos riscos de planejamento e de gestão dos serviços identificados e classificados neste documento:

Risco	Probabilidade	Impacto
1 – Estimativa de preço em desacordo com os preços praticados no mercado	Baixa	Alto
2 – Fornecimento do material sem qualidade	Baixa	Alto
3 – Incapacidade de empresa vencedora em executar o contrato	Baixa	Alto
4 – Falta de clareza quanto aos serviços a serem executados	Baixa	Alto
5 – Licitação deserta ou fracassada	Baixa	Alto

9.3 Tendo em vista que o mapeamento de riscos descrevera e avaliará as ameaças que possam vir a comprometer o sucesso e o objetivo da contratação, bem como definir de que formas devem ser tratadas, ela permeará todo o processo de contratação, conforme análise a seguir delineada:

Risco 1	Estimativa de preço em desacordo com os preços praticados no mercado
Probabilidade	Baixa
Impacto	Alto
Dano	Disputa de preço deserta
Ação Preventiva	Realizar adequada pesquisa de mercado, através da pesquisa ou outra que venha ser substituída e novas cotações com fornecedores locais
Ação de Contingência	Proceder com a apuração de eventuais equívocos na orçamentação e , caso não verificados os equívocos e não existirem interessados na licitação (deserta), avaliar a possibilidade de proceder à contratação direta por dispensa de licitação
Risco 2	Prestação de serviço sem qualidade
Probabilidade	Média
Impacto	Alto
Dano	Prejuízos financeiros e risco à qualidade de serviço

Ação Preventiva	Exigência de atestado e qualificação técnica de serviço semelhante
Ação de Contingência	Refazer os serviços de baixa qualidade do serviço
Risco 3	Incapacidade de empresa vencedora em executar o contrato
Probabilidade	Baixa
Impacto	Alto
Dano	Atraso na execução do contrato
Ação Preventiva	Sanções e os requisitos de qualidade que sejam condizentes com a importância dos serviços a serem prestados
Ação de Contingência	Gestão/Fiscalização do contrato com aplicação de sanções previstas quando ocorrer alguma falha contratual e, em último caso, cancelar contrato e adjudicar novo fornecedor ou promover nova contratação.
Risco 4	Falta de clareza quanto aos serviços a serem executados.
Probabilidade	Média
Impacto	Alto
Dano	Possível interferência na qualidade do serviço entregue.
Ação Preventiva	Especificar o serviço de forma concisa e coerente com o que o mercado pode oferecer.
Ação de Contingência	Esclarecer dúvidas e incoerências, conforme questionamentos que venham a surgir no processo de disputa de preço.
Risco 5	**Licitação deserta ou fracassada.**
Probabilidade	Baixa
Impacto	Alto
Dano	Não realizar a licitação tento que republicar o edital e abrir novo prazo para realizar do processo licitatório.
Ação Preventiva	Encaminhar termo de referencia durante a fase de cotação de preços para a maior quantidade de possíveis interessados em participar da licitação.
Ação de Contingência	Republicação do Edital observando requisitos que poderiam ter provocados a desistência de possíveis empresas interessadas.

10.ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - FMS
Dotação orçamentaria:**06.01.10.301.0210.2.037.3.3.90.30**
Ficha: **0306**

Manutenção dos Postos de At. Saúde - PSF
Dotação orçamentaria:**06.01.10.301.0210.2.038.3.3.90.30**
Ficha: **0319**

10.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. DA PUBLICAÇÃO DE INTENÇÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

11.1 - A Intenção de Registro de Preços permite a realização de licitação única com a junção das demandas dos demais órgãos interessados no objeto, com benefícios como o de economia de processos.
11.2 - Para participação de um IRP é necessário após a divulgação do mesmo, a comunicação do órgão interessado com o órgão Gerenciador.

11.3 - Para este processo de com a finalidade de **REGISTRO DE PREÇO** para futuras aquisições de medicamentos e insumos hospitalares da Secretaria Municipal de Saúde de Cezarina-GO / FMS, não foram registrados órgãos interessados, uma vez que o objeto pretendido é de exclusivo interesse do Fundo de Saúde da Prefeitura Municipal de Cezarina-GO.

ANEXO II
PROPOSTA COMERCIAL FINAL - (LICITANTE VENCEDOR)
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026

Apresentamos nossa proposta para fornecimento do objeto da presente licitação - **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026** acatando todas as estipulações consignadas no respectivo Edital e seus anexos.

IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:
NOME DA EMPRESA:
CNPJ
INSCRIÇÃO ESTADUAL:
REPRESENTANTE: (NOME – CARGO - CARTEIRA DE IDENTIDADE – CPF)
ENDEREÇO e TELEFONE:
DADOS BANCARIOS: AGÊNCIA e Nº DA CONTA BANCÁRIA

PREÇO (READEQUADO AO LANCE VENCEDOR)
Deverá ser cotado, preço unitário e total por item, de acordo com o Anexo 01 do Edital.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1.						

PROPOSTA: R$ (Por extenso)

CONDIÇÕES GERAIS
A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.
MARCA E MODELO
Deverá constar na proposta a marca do item a ser fornecido.
LOCAL E PRAZO DE ENTREGA
De acordo com o especificado no Anexo 01, deste Edital.
VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL
De no mínimo, 60 (sessenta) dias contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

LOCAL E DATA
NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA

Obs.: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

OBS: A INTERPOSIÇÃO DE RECURSO SUSPENDE O PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA ATÉ DECISÃO.

ANEXO III

MUNITA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº xxx/2026

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CEZARINA-GOIÁS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ: 08.678.243/0001-95, sito à Avenida Palmeiras, Quadra 10 A, Lote. 9 e 10 Centro, neste município, neste ato representado por sua Gestora, Sra. DANIELA CRISTINA DA SILVA, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 010/2026, processo administrativo nº xxx/2026, registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação , sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Municipal nº 192/2024, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para **futuras aquisições de medicamentos e insumos hospitalares da Secretaria Municipal de Saúde de Cezarina-GO / FMS,** a ser efetuado na sede do Município, do tipo MENOR PREÇO – POR ITEM, conforme Termo de Referência, anexo I do edital de Pregão Eletrônico nº 010/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

RAZÃO SOCIAL: **CNPJ/MF:** **ENDEREÇO:** **CONTATO:** **E-MAIL:** **REPRESENTANTE:** **RG:** **CPF:**						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**UND**	**QTD**	**MARCA/MODELO**	**VALOR UNIT.**	**VALOR TOTAL**

2.2 A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO (S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE (S)

3.1 O órgão gerenciador será o .....(nome do órgão)....

3.2 {Além do gerenciador, não há [ou] São} órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item nº	*Órgãos Participantes*	*Unidade*	*Quantidade*

***4.* DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.1 Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1 Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2 Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3 Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2 A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1 O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3 Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4 O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5 O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6 As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7 O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8 A adesão à ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora da União, Estados e Distrito Federal por órgãos e entidades da Administração municipal deverá ser comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021. 89

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.9 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso, com renovação do quantitativo inicialmente registrado.

5.2 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.3 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital* e se obrigar nos limites dela;

5.4.2 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

b) Mantiverem sua proposta original.

5.4.3 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5 O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital;* e

5.7.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.10 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.11 Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2, “a”, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:

5.11.1 Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.11.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.12 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3 Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2 Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos deste edital, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2 O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3 O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4 Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.5 Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.6 Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.2 O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

9.2.1 For liberado.

9.2.2 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável.

9.2.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado.

9.2.4 Sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n. 14.133/21.

9.2.5 Não aceitar o preço revisado pela Administração.

9.3 A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

9.3.1 Pelo decurso do prazo de vigência.

9.3.2 Pelo cancelamento de todos os preços registrados.

9.3.3 Por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências

incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado.

9.3.4 Por razões de interesse público, devidamente justificadas.

9.4 No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.4.1 O fornecedor ou prestador será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

10 DAS PENALIDADES

10.1. Comete infração administrativa, nos termos do Decreto Municipal 703/2023, o licitante que, com dolo ou culpa:

I - advertência;

II - multa;

a) compensatória;

b) de mora.

III- impedimento de licitar e contratar;

IV- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.2 A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste decreto.

10.3 As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 10.1 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II, do item 10.1.

10.4 A sanção de advertência será aplicada como instrumento de diálogo e correção de conduta nas seguintes hipóteses, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave:

I - descumprimento de pequena relevância;

II - inexecução parcial de obrigação contratual.

10.5 - A sanção de multa compensatória será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, calculada na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:

I - de 0,5% (cinco décimos por cento) a 1% (um por cento) do valor a ser contratado, para aquele que:

a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

b) não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

II – de 5% (cinco por cento) sobre o valor contratado, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia contratual;

III – de 2% (dois por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executada, em caso de inexecução parcial do contrato;

IV – de 10% (dez por cento) sobre o valor a ser contratado no caso de recusa do adjudicatário em assinar o contrato ou Ata de Registro de Preços;

V – de 20% (vinte por cento) sobre o valor contratado, em caso de:

a) entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;

b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) dar causa à inexecução total do objeto do contrato.

VI – de 30% (trinta por cento) sobre o valor contratado, em caso de: 95

a) apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

b) fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato;

c) comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza;

d) prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

e) prática de ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.6- O processo administrativo punitivo deverá ser instaurado de acordo com o Decreto Municipal nº 013/2024.

11 CONDIÇÕES GERAIS

11.1As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO *AO EDITAL*.

11.2 No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Cezarina-GO, __ de _____ de _____.

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante (s) legal (is) do (s) fornecedor (s) registrado (s)

ANEXO IV
MINUTA DE CONTRATO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026

DOS CONTRATANTES: XXXXXXXXXXXXXXXX, Estado de Goiás, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº _____, com sede administrativa na _____, neste ato representado pelo seu Gestor Senhor XXXXXXXXXXXXXXXX, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa ....., inscrita no CNPJ/MF nº _____,localizada na ....., CEP: ....., na cidade de ,representada neste ato pelo Sr. ....., portador do CPF: .....; doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, que assinam o presente termo de contrato na forma e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL

97

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Projeto Básico;
1.2.2. O Edital da Licitação;
1.2.3. A Proposta do contratado;
1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.3. O regime de execução é o de empreitada por preço global

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de ___, contados da data de assinatura, podendo ocorrer prorrogações sucessivas nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

2.3. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, , atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;

e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.4. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.5. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.6. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.7. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

3.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

3.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

3.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

3.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

3.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

3.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto Municipal nº ___, art. 22, VI);

3.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº ___, art. 22, II);

3.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº ___, art. 22, III);

3.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº ___, art. 22, IV).

3.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº ___, art. 22, V).

3.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto Municipal nº ___, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

3.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto Municipal nº ___).

3.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto Municipal nº ___, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

3.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto Municipal nº ___, art. 21, IV).
3.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto Municipal nº ___, art. 21, II).
3.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto Municipal nº ___ art. 21, III).
3.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto Municipal nº ___, art. 21, VIII).
3.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto Municipal nº ___, art. 21, X).
3.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto Municipal nº ____, art. 21, VI).
3.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.
4.2. A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto, e caso permitido, o contratado poderá em regime de responsabilidade solidária, sem prejuízo das suas responsabilidades contratuais e legais, subcontratar parte da obra ou serviço, até o limite admitido de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, desde que não alterem substancialmente as cláusulas pactuadas, priorizando a subcontratação de microempresa e empresas de pequeno porte nos termos do art. 48, II da LC 123/2006.
4.3. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.
4.4. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R$..... ( )
5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.1.1. O orçamento estimado pela Administração baseou-se nas planilhas referenciais elaboradas com base na IN 009/2023-TCM/GO.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.4.1. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer. 100

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.

8.1.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.1.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
8.1.10 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
8.1.10.1. A Administração terá o prazo de dez dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de dez dias úteis.
8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
8.1.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
8.1.14. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.
8.1.15. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.
8.1.16. Exigir do Contratado que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto de forma mensal, quando for o caso:

a) "ART de execução;
b) Documentação comprobatória da disponibilização de mão-de-obra envolvida nos serviços (GFIP, contracheques, RAIS, etc.);

8.1.17. Arquivar, entre outros documentos, de projetos,, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.
8.1.18. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.
8.1.19. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
8.1.20. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.
9.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
9.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
9.7. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.
9.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
9.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Registro Cadastral do Municipio, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
9.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
9.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
9.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
9.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

9.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
9.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
9.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
9.24. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.
9.25. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.
9.26. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.
9.27. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.
9.28. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.
9.29. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.
9.30. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
9.31. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.
9.32. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.
9.33. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.
9.34. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.
9.35. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.
9.36. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
9.37. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.
9.38. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá- los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, na modalidade Concorrência Pública, em valor correspondente a 5% do valor total do contrato.

11.2. O contratado apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a 5% do valor total do contrato.

11.3. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

11.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 12.5 deste contrato.

11.5. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
11.6. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
11.6.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
11.6.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
11.6.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.
11.7. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 12.6, observada a legislação que rege a matéria.
11.8. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica na Caixa Economica Federal, com correção monetária.
11.9. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.
11.10. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
11.11. Poderá ser apresentada mediante título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total;

11.12. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
11.13. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 dias úteis, contados da data em que for notificada.
11.14. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
11.14.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).
11.14.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep n° 662, de 11 de abril de 2022.
11.15. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;
11.16. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
11.17. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
11.18. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.
11.19. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

13.1. Comete infração administrativa, nos termos do Decreto Municipal 703/2023, o licitante que, com dolo ou culpa:

I - advertência;

II - multa;

a) compensatória;

b) de mora.

III- impedimento de licitar e contratar;

IV- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.2 A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste decreto.

13.3 As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 11.1 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II, do item 11.1.

13.4 A sanção de advertência será aplicada como instrumento de diálogo e correção de conduta nas seguintes hipóteses, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave:

I - descumprimento de pequena relevância;

II - inexecução parcial de obrigação contratual.

13.5 - A sanção de multa compensatória será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, calculada na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:

I - de 0,5% (cinco décimos por cento) a 1% (um por cento) do valor a ser contratado, para aquele que:

a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

b) não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

II – de 5% (cinco por cento) sobre o valor contratado, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia contratual;

III – de 2% (dois por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executada, em caso de inexecução parcial do contrato;

IV – de 10% (dez por cento) sobre o valor a ser contratado no caso de recusa do adjudicatário em assinar o contrato ou Ata de Registro de Preços;

V – de 20% (vinte por cento) sobre o valor contratado, em caso de:

a) entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;

b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) dar causa à inexecução total do objeto do contrato.

VI – de 30% (trinta por cento) sobre o valor contratado, em caso de:

a) apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

b) fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato;

c) comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza;

d) prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

e) prática de ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.6- O processo administrativo punitivo deverá ser instaurado de acordo com o Decreto Municipal 144/2024 de 15 de janeiro de 2024.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.5.3. Indenizações e multas.

13.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico- financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

_____

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021,

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO (art. 92, §1º)

18.1. Fica eleito o Foro de Varjão-GO para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

_____

Representante legal do CONTRATANTE

_____

Representante legal do CONTRATADO

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026

A empresa _____, inscrita no CNPJ (M.F.) sob o nº _____, sediada à Rua/Avenida _____nº _____, Setor/Bairro _____, na cidade de _____ Estado de _____, neste ato representado pelo seu sócio/procurador o Senhor _____, nacionalidade, estado civil, residente e domiciliado na _____, portador da Carteira de Identidade n°_____ e CPF n° _____, **DECLARA**, sob as penas cabíveis que possui todos os requisitos exigidos para habilitação, condições de qualificação jurídica, técnica, econômico-financeira e regularidade fiscal, requisitos de habilitação para participação do **PREGÃO ELETRÔNICO N° 010/2026**, **DECLARANDO** ainda, estar ciente que a falta de atendimento a qualquer exigência para habilitação e especificações mínimas obrigatórias do objeto, constante do Edital, ensejará aplicação de penalidade a Declarante.

_____, _____/ _____/ 2026.

Local e Data

_____

Nome, RG do Representante Legal, Carimbo e Assinatura

Carimbo do CNPJ

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DE CONHECIMENTO DOS REQUISITOS DO EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026

A empresa _____, inscrita no CNPJ (M.F.) sob o nº _____, sediada à Rua/Avenida _____nº _____, Setor/Bairro _____, na cidade de _____ Estado de _____, neste ato representado pelo seu sócio/procurador o Senhor _____, nacionalidade, estado civil, residente e domiciliado na _____, portador da Carteira de Identidade n°_____ e CPF n° _____, **DECLARA,** sob as penas da Lei, que:

- Declaramos que os preços ora ofertados são irreajustáveis por um período de 06 (seis) meses.

- Declaramos que em nossos preços já estão incluídos todos os custos diretos e indiretos, inclusive as despesas com transportes, seguros em geral, encargos da legislação trabalhista, previdenciária, da infortunística do trabalho e responsabilidade por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios, resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que for necessário para a execução total e completa do fornecimento dos materiais constantes do Edital, sem que nos caiba, em qualquer caso, direito regressivo em relação à **PREFEITURA MUNICIPAL DE CEZARINA-GO**.

- Declaramos ainda, que nos sujeitamos às condições do Edital e que temos pleno conhecimento dos locais onde serão entregues os materiais.

- No fornecimento dos materiais observaremos rigorosamente as especificações das normas determinadas pela ABNT, normas técnicas brasileiras ou qualquer outra norma que garanta a qualidade igual ou superior, bem como as recomendações e instruções da fiscalização da **PREFEITURA MUNICIPAL DE CEZARINA-GO**, assumindo, desde já, integral responsabilidade pelos materiais fornecidos, de conformidade com as normas mencionadas.

_____, _____/ _____/ 2026.

Local e Data

_____

Nome, RG do Representante Legal, Carimbo e Assinatura

Carimbo do CNPJ

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO ARTIGO 7º, XXXIII DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026

A empresa _____, inscrita no CNPJ (M.F.) sob o nº _____, sediada à Rua/Avenida _____nº _____, Setor/Bairro _____, na cidade de _____ Estado de _____, neste ato representado pelo seu sócio/procurador o Senhor _____, nacionalidade, estado civil, residente e domiciliado na _____, portador da Carteira de Identidade n°_____ e CPF n° _____, **DECLARA,** para fins do disposto no art.7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

_____, _____/ _____/ 2026.

Local e Data

_____

Nome, RG do Representante Legal, Carimbo e Assinatura

Carimbo do CNPJ

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NOS INCISOS III E IV, DO ART. 1º E INCISO III, DO ART. 5º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026

A empresa _____, inscrita no CNPJ (M.F.) sob o nº _____, sediada à Rua/Avenida _____nº _____, Setor/Bairro _____, na cidade de _____ Estado de _____, neste ato representado pelo seu sócio/procurador o Senhor _____, nacionalidade, estado civil, residente e domiciliado na _____, portador da Carteira de Identidade n°_____ e CPF n° _____, **DECLARA,** não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

_____, _____/ _____/ 2026.

Local e Data

_____

Nome, RG do Representante Legal, Carimbo e Assinatura

Carimbo do CNPJ

ANEXO IX

DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026

A empresa _____, inscrita no CNPJ (M.F.) sob o nº _____, sediada à Rua/Avenida _____nº _____, Setor/Bairro _____, na cidade de _____ Estado de _____, neste ato representado pelo seu sócio/procurador o Senhor _____, nacionalidade, estado civil, residente e domiciliado na _____, portador da Carteira de Identidade n°_____ e CPF n° _____, **DECLARA,** que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

_____, _____/ _____/ 2026.

Local e Data

_____

Nome, RG do Representante Legal, Carimbo e Assinatura

Carimbo do CNPJ

ANEXO X

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO ME/EPP

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026

A empresa _____, inscrita no CNPJ (M.F.) sob o nº _____, sediada à Rua/Avenida _____nº _____, Setor/Bairro _____, na cidade de _____ Estado de _____, neste ato representado pelo seu sócio/procurador o Senhor _____, nacionalidade, estado civil, residente e domiciliado na _____, portador da Carteira de Identidade n°_____ e CPF n° _____, DECLARA, sob as penas da lei e sem prejuízo das penalidades previstas neste edital, que é "**MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**", nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que conhece na íntegra, e está, portanto, apta a exercer o direito de preferência como critério de desempate no **PREGÃO ELETRÔNICO N° 010/202**6, realizado pelo Município de CEZARINA-GOIÁS.

_____, _____/ _____/ 2026.

Local e Data

_____

Nome, RG do Representante Legal, Carimbo e Assinatura

Carimbo do CNPJ

Valide a assinatura deste documento em https://cezarina.megasoftservicos.com.br//cidadao/autenticar-assinatura com o código: 45ad86